



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM –**  
**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE DO ALTO SÃO FRANCISCO,**  
realizada em DIVINÓPOLIS em 03 de Junho de 2004.

1 Às treze horas do dia 03 de Junho de 2004, reuniu-se o Conselho Estadual de Política Ambiental -  
2 COPAM da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco , na sala do Instituto de Ensino  
3 Superior e Pesquisa, situada no prédio da Reitoria – UEMG/Divinópolis. Participaram os seguintes  
4 Conselheiros titulares e suplentes: o Presidente Ilmar Bastos Santos, Presidente da FEAM; Alex  
5 Fernandes Santiago; Valmir José Fagundes; Gerson Luiz de Freitas; Marcelo Ferreira  
6 Guimarães; Aduino Pereira da Costa; Marcio Antonio de Oliveira; Juarez Eufrásio de Carvalho;  
7 Lucélio Nativo Horta da Assunção; Átila Alves e Costa; Roberto Soares Nogueira; Vicente  
8 Paulo Gondim; Eustáquio Marcelino Valério Calderano; Marcos Antonio Vilela; Alex Moreira;  
9 Vergínia Margaret Martins.

10 **Doutor Ilmar:** Antes de começar a reunião especificamente eu queria trazer algumas  
11 informações algumas delas é que a ata da primeira reunião já ocorrida aqui nessa  
12 unidade colegiada ela será motivo Horta de apreciação na próxima reunião juntamente  
13 com a ata dessa segunda reunião, então geralmente é de (...) a gente procede à  
14 leitura da ata para verificar se corresponde o que foi dito ao que foi dito aqui na última  
15 reunião então é o momento que a gente tem para que os senhores conselheiros  
16 possam trazer algumas sugestões de mudanças ou correção com relação à ata, então  
17 nós vamos fazer a leitura das duas atas da reunião anterior e dessa segunda reunião  
18 na oportunidade da próxima reunião, então a próxima reunião que já está agendada  
19 para o dia 28 última quinta feira do mês, correção no dia 24 nós vamos ter a terceira  
20 reunião e vamos proceder à leitura da reunião de número 1 e da reunião de número 2  
21 então eu peço aqui licença aos senhores conselheiros para que nós então  
22 pudéssemos tratar das respectivas atas na próxima reunião. Queria também  
23 aproveitar e só reiterar que nós temos um livro ali colocado um livro para que as  
24 pessoas se escrevam aquelas pessoas que queiram se manifestar com relação a  
25 quais quer dos processos que serão aqui discutidos e prazo que a pessoa tem para se  
26 manifestar até o início da deliberação sobre o processo e em geral me permita que eu  
27 vou sempre lembrar que nós estamos aqui em um processo didático de mostrar o  
28 funcionamento até que todos nós conselheiros nós tenhamos , dominemos a dinâmica  
29 do processo então eu queria pedir licença aos senhores conselheiros para sempre  
30 voltarem informar de uma forma mais didática mais tranqüila repetindo não tem  
31 problema nenhum (...) para que possa ficar bem gravado o procedimento , um deles é  
32 que quem se inscreve terá até 3 minutos com relação ao os processos que serão  
33 analisados hoje na reunião desse conselho.  
34 Bom , dito isso eu passo para o segundo item da pauta que é comunicado dos  
35 conselheiros e ai eu pergunto se existe algum comunicado que algum dos  
36 conselheiros queiram informar com relação , em geral tem a ver com a pauta que a  
37 gente analisa (...) sempre que um conselheiro for se manifestar independente de  
38 vezes do número que for se manifestar dizer o nome do conselheiro a entidade que  
39 ele representa porque nós gravamos essas atas e elas são as nossas bases para  
40 fazer as pautas às respectivas pautas eu sei que é chato mas nós vamos ter que  
41 repetir . Hoje eu estou contando com o apoio do Doutor Pedro que vai estar aqui  
42 nessa unidade colegiada na área jurídica eu tenho aqui também a Doutora Maria  
43 Cláudia (...) as pessoas responsáveis pela área jurídica dessa Unidade Colegiada São  
44 Francisco , dito isso vamos ter uma apresentação sobre a legislação sobre  
45 penalidades e essa apresentação será feita pelo Doutor (...) que é da diretoria de  
46 normas e padrões da SEMAD Doutor Lio Horta por favor a palavra está com o senhor .



47 **Doutor Lio Horta** : Boa Tarde a todos os Conselheiros e Conselheiras presentes em  
48 Divinópolis eu tenho um objetivo nesta apresentação mostrar aos senhores principais  
49 pontos da legislação, que se diz sobre quais vocês iram trabalhar que é aplicação  
50 de penalidades. Esta apresentação já foi feita em outras regionais e o objetivo maior e  
51 mais profundo é (...) que tem a respeito dessa matéria (...) ela performa na base  
52 daquilo que será atividade principal dos senhores aqui .

53 Em primeiro plano então eu gostaria de definir um pouco o quê que é o poder de  
54 polícia ,poder de polícia eu já adianto que os senhores aqui são estipulares aqui neste  
55 conceito . Em primeiro lugar não tem nada a ver com o poder de polícia que o capitão  
56 desenvolve e a polícia militar e em fim o escolta da ordem da segurança e a polícia  
57 ostensiva e os senhores também exercerão o poder de polícia evidentemente de outra  
58 natureza sobre tudo a natureza administrativa, a função e o objetivo do poder de polícia  
59 que os senhores terão que manejar aqui é obrigar em abstrato, os administrados, os  
60 licenciados a se comportarem de acordo com a lei de proteção ao meio ambiente e  
61 incorreto é verificar ação do comportamento desses administrados em relação aos  
62 licenciamentos ambientais do que foram partindo do ponto de vista da definição legal é  
63 do artigo 70 da lei 9.605 da lei de crimes Hospitais define o quê que é a infração  
64 administrativa como sendo aquela infração ambiental toda ação ou omissão que viole as  
65 regras jurídicas de uso, proteção e recuperação do meio ambiente e, onde estão todas as  
66 ações ou omissões, geralmente nós imaginamos que o descumprimento a legislação.  
67 Ambiental só será de maneira ativo, ou seja, (...) a lei deixa bem claro já desde o  
68 início nessa definição Infração administrativa (...) também é passível de julgamento é  
69 passível do exercício do poder de polícia, da mesma forma o decreto que regulamenta  
70 essa lei e a sua parte administrativa evidentemente porque afinal como os senhores  
71 sabem não precisa de lamentação é, reproduzo a idéia de que a inflação administrativa  
72 ambiental é toda ação ou omissão que viola as regras jurídicas de uso promoção,  
73 proteção e recuperação do meio ambiente e que é punida toda ação e omissão com as  
74 funções presentes naquele diploma legal. No ponto de vista das bases constitucionais  
75 dessa atividade que se desenvolveram aqui, é preciso dizer que: o artigo 225 da  
76 discricção federal também declara que existe o que aquele artigo chama de  
77 responsabilidade administrativa (...) e no que mais nada é apurar e configurar a  
78 responsabilidade administrativa portando ao meio ambiente , o artigo 225 da  
79 constituição , só entre parênteses com forma nós chamamos o sistema (...) de  
80 responsabilidade por danos ao meio ambiente , isso quer dizer que muito dano gerado  
81 pode é movimentar Três estruturas de responsabilidade no direito , a estrutura da  
82 responsabilidade penal , na qual os senhores não trabalharão aqui , trabalha nela  
83 representante público Doutor Alex .

84 A outra estrutura de responsabilidade por danos ao meio ambiente é a responsabilidade  
85 chamada civil que tem como objetivo a obrigação , condenação obrigações de fazer ou  
86 não fazer no sentido de recuperação de danos causados , nas quais quer a  
87 responsabilidade penal tem como objetivo o ultimo agir sobre o bem (...) com essa  
88 também os senhores não vão trabalhar aqui , também trabalha com (...) Alex que  
89 ministério público privilegiado na propositura de ações que visa apurar responsabilidade  
90 administrativa, os senhores aqui não trabalharam com ela incidentalmente , mas a  
91 terceira que pode surgir em função de um único dano praticado essa sim é a  
92 responsabilidade administrativa , que eu declarei aqui é essa os senhores terão ampla  
93 atuação. É bom e existe uma complexa legislação sobre a inflação administrativa a



94 responsabilidade administrativa bastante, o diploma legal mais importante a nível  
95 federal é a lei 9.605 chamada leis de crimes ambientais mais essa lei tem também uma  
96 parte na administrativa a partir do arquivo 70 (setenta) que é como eu disse a norma  
97 federal (...) porém no ponto de vista da pratica os senhores trabalharão aqui sobre o  
98 regime jurídico determinado pela lei estadual 7772 pelo decreto estadual 39424 e  
99 detalhadamente imponho as condições para exercício é do poder de Policia . Bom é do  
100 ponto de vista mais técnico eu preciso abordar um tema com senhores aqui da mais alta  
101 relevância , então é o seguinte , como é que eu conseguirei impor com os senhores  
102 melhor dizendo, conseguirão impor ao infrator a obrigação de por exemplo: pagar uma  
103 multa ou inclusive a obrigação de suspender as suas atividades baseados em que tipos  
104 de fatos os fatos em que a lei declara contra passíveis de responsabilidades  
105 administrativas , mas o curioso é que assim como a responsabilidade civil os senhores  
106 trabalharão aqui com aquilo que nós chamamos de responsabilidade objetiva isso é  
107 muito importante que fique claro e que (...) algumas duvidas nos finais sobre  
108 responsabilidade objetiva é o sistema que preside a responsabilidade administrativa o  
109 copam já muitas e muitas vezes declarou que para impor a penalidade o sistema a ser  
110 adotado (...) a responsabilidade jurídica e o quê que é a responsabilidade jurídica é que  
111 tipo de responsabilidade que independe , independe de culpas ou de (...) isso quer dizer  
112 o seguinte que os senhores terão aqui processos de aplicação de penalidades e os  
113 senhores verão muitas coisas aqui os autuados é se defendendo: eu não tive a intenção  
114 de prejudicar o meio ambiente eu não tive a intenção de causar o dano ambiental ou  
115 então os senhores verão a situação aqui que o dano foi causado em função de algumas  
116 atitudes negligentes atitude baseada em perícia ou imprudência , a lei determina que  
117 nenhum desses casos nem a dó nem a culpa é suficiente para exibir a aplicação  
118 penalidade , ou seja, independe saber se o sujeito apenado o sujeito está sofrendo com a  
119 aplicação da penalidade administrativa , que não quis cometer o crime ambiental , ou  
120 seja ele cometeu por negligência , perícia ou imprudência . A única coisa que os  
121 senhores terão que avaliar aqui (...) é a condição de agente a existência de um dano e  
122 uma ligação , um nexos que nós chamamos causalidade entre a conduta pra frente e o  
123 resultado da (...) acontecer está presente esses 3 (três) elementos , o agente , o dano , o  
124 nexos de ligação (...) está presente esses 3 (três) elementos , a penalidade  
125 necessariamente pelo arquivo(...) os senhores não tem o poder de não fazer e seguir uma  
126 penalidade se presentes estiverem aqui . Esses 3 (Três) elementos desde já é preciso  
127 deixar isso bem claro . Em outros momentos serão avaliados as condições subjetivas  
128 que chamamos os agentes se ele quis ou não quis cometer o dano , mas precisamente ele  
129 será avaliado em série de agravante se ouve a intenção de prejudicar o meio ambiente  
130 será computado como uma agravante que fará o valor da pena ser aumentado mas para a  
131 aplicação da penalidade ,nem dó nem culpa devem ser levado em consideração . Essa  
132 deve ser a posição já tradicional do copam . Bom como eu tenho dito aqui nessa  
133 exposição os titulares desse poder de obrigar alguém a pagar uma multa , suspender  
134 suas atividades dependendo o tipo de infração é os senhores é os órgãos (...) e os  
135 senhores podem me perguntar . Então qual é o papel da fundação estadual do meio  
136 ambiente ?  
137 Ou qual é o papel do título estadual ? Ou qual é o papel (...) . São eles que aplicam as  
138 penalidades ? Não , são os senhores , eles fazem apenas tratar as informações dos fatos  
139 do ponto de vista técnico no sentido de promover aquilo que nós chamamos de a (...) do  
140 processo de aplicação de penalidade , eles são com que os olhos dos senhores em



141 relação aos fatos que os senhores não vão sair fiscalizando os senhores , não sairão  
142 praticando atos concretos. É de poder de policia no sentido de fiscalização , quem fará  
143 isso serão os representantes desses 3 (Três) órgãos e com os senhores sabem e verão nas  
144 próximas reuniões o que esses fiscais fazem . É lavar (...) documento que retrata ou  
145 procura revelar aos senhores o que aconteceu lá fora (...) esse documento tem nome de  
146 principio chamado auto de infração , se a infração guando a FEAM ou IEF (...) fazem  
147 uma fiscalização e não constata a fiscalização apenas um (...) de fiscalização se a  
148 infração além disso uma um alto de infração que é julgado aqui pelos senhores dento de  
149 um encadeamento lógico conforme nós é temos .

150 Bom , do ponto de vista que nós chamamos de natureza jurídica o quê que é processo de  
151 penalidade ?

152 Quê que é o exercício do poder de policia , eu perguntei e já respondi , é um processo  
153 exatamente como um processo produtivo e que existe num caderno muito lógico de  
154 fases que se sucedem (...) o nosso processo de penalidades aqui , também sequem um  
155 rito lógico tendendo a profissão de um ato final que é chamado de suspensão de  
156 atividade e eu faço questão de frisar que é um processo . Porque ?

157 Do ponto de vista do direito quando nós estamos em (...) encadeamento lógico de atos  
158 dentro do qual se permite o que nós chamamos de contraditório e ampla defesa nós  
159 estamos diante um processo ao contrário do procedimento que é um encadeamento  
160 lógico de atos que não exige e não pressupõem a ampla defesa e o contraditório , aqui é  
161 o contrário é um verdadeiro processo . Porque ?

162 Aquele que é autuado , aquele que é fiscalizado , aquele que contra foi lavrado um ato  
163 de infração tem o poder e o direito de impedir e se o defensor amplamente dizendo que  
164 a FEAM errou que IEF errou que nenhum dano foi ele que cometeu em fim tem o  
165 direito de alegar tudo aquilo que ele possa pensar para evitar a incidência da isenção  
166 administrativa . Isso é muito importante ficar esclarecido porque se algum processo  
167 chegue aqui sem a segurança e se passar pelo filtro do contraditório da alta defesa (...)  
168 aqui .

169 (...) felizmente a FEAM e o IEF já têm grande experiência que alguns anos trabalha  
170 com esse tipo de ação e não comete o erro básico de trazer os senhores um processo que  
171 não tenha passado pela ampla defesa e pelo contraditório (...) senhores é um direito que  
172 pode ser exercido ou não aquele que a quem se faculta amplamente se defender e  
173 contradizer as informações que contra eles são produzidas pode fazer ou não isso  
174 acontece e , muitos vezes os autuados simplesmente não apresentam defesa e esse  
175 processo tem que continuar o julgamento vai ser julgado dentro daquele principio (...)  
176 vai ser julgado sempre a manifestação da parte a quem foi franqueado e garantindo o  
177 direito . É do ponto de vista assim do processo de aplicação de penalidade os senhores  
178 varão que sempre as primeiras peças são esses autos de infração feitos lavrados esses  
179 autos de infração é aberto um prazo para defesa a defesa escrita pra que o contraditório  
180 da defesa possa se formar de maneira equívoca para que , para quê que é autuado que  
181 em seguida é a vendo a defesa os órgãos ambientais respectivo fazem um comparecer  
182 técnico contradizendo a contradição concordamos com a defesa ou mantemos a nossa  
183 posição de que o dano foi cometido de que a infração ambiental foi cometida e esse  
184 conjunto básico é as três peças é aquilo que chega aos senhores para o julgamento aqui ,  
185 então o auto de infração a defesa e o parecer técnico e o parecer jurídico a respeito  
186 daquilo que ouve e foi informado no processo . Bom o artigo 24 até o artigo 30 do  
187 decreto 39424 é que determina toda formalidade do processo de aplicação de



188 penalidades e eu recomendo fortemente a leitura desses dispositivo pelos senhores , o  
189 artigo 24 diz exatamente o que é que constata no auto de infração e eu doto aos senhores  
190 a obrigação de que a disposição legal ou regulamentar (...) mostro aos senhores também  
191 a obrigação do artigo 24 diz que o autuado deve ter (...) do auto de infração  
192 pessoalmente (...) então para que os senhores fiquem tranqüilos que ninguém será  
193 autuado sem o devido conhecimento sem devida ciência do processo que contra ele  
194 corre aqui no Copam . E em seguida existe mais uma série de regulamentações de  
195 ordens na formalidade do processo que eu tenho certeza que ao longo do trabalho serão  
196 insistente vezes lembradas e relembradas .

197 Bom é com relação aos valores das penalidades é preciso explicar um pouquinho como  
198 é que o sistema está formado agora . Até 2002 nós tínhamos um regime Jurídico de  
199 aplicações de penalidades é por infração administrativa ambiental que foi considerado  
200 pelo Copam excessivamente rigoroso , tanto o valor das penalidades quanto o tipo de  
201 sanções impostas ao infrator depois de muito tempo de debate lá em belo horizonte  
202 ouve 2 (duas) aplicações importantes nesse regime de aplicação de penalidades as quais  
203 faço questão de referir .

204 Em primeiro lugar nós inserimos a advertência como penalidade a ser aplicada pelo  
205 Sistema Estadual de Meio Ambiente, era o direito na verdade amplamente reconhecido  
206 pela norma federal pela norma estadual e que de uma maneira muito estranha não é  
207 aplicada pelo sistema por nossa , por nossa (...).

208 Bom , quê que nós fizemos então ?

209 O Copam aprovou um (...) e também deu seu apoio a um decreto que em conjunto  
210 dizem o seguinte : que se penalidades consideradas leves ou graves e não se traduzir em  
211 danos concretos ao meio ambiente antes da aplicação da penalidade e multa será um  
212 infrator advertido e ai será assinalado um prazo para tomar as medidas necessárias para  
213 o saneamento das suas irregularidade sem o devido saneamento ai sim será convertido  
214 (...) para penalidade (...) . Essa foi então uma alteração substancial do nosso poder  
215 jurídico e é tem sido muito favorável isso eu digo para também referir ao fato de que é  
216 muito convincente o sistema de meio ambiente pensamento do Doutor Ilmar (...) que  
217 queremos é ganhar dinheiro e voltar (...) esse tipo de atividade esse tipo de alteração que  
218 foi promovido só prova que nosso interesse não é arrecadar , nosso interesse muito pelo  
219 contrario é de manter o máximo possível o maior numero de pessoas dentro da  
220 legalidade ambiental . A outra prova cabal disso é que para pequenos empreendimento  
221 depois de muita negociação o Copam aprovou com unanimidade que eu me lembre a  
222 única vez com que além da unanimidade uma norma foi aprovada por aclamação foi  
223 também reduzidas para pequenas empresas para pequenos empreendimentos e mesmo  
224 assim com infrações de natureza leve com o valor da penalidade que antes era a partir  
225 de trinta e cinco mil (35.000) que foi reduzido por menos da metade , isso por que ,  
226 porque o Copam se convenceu de que era melhor ter a legalidade ambiental um maior  
227 numero de atividades e de empreendimento dentro do sistema do que fora do sistema  
228 por que ? Porque aconteceu o seguinte , os empreendedores faziam calculo muito rápido  
229 eles calculavam o seguinte , se eu ficar quieto aqui cometendo a infração ambiental ,  
230 cometendo dano ambiental daqui uns cinco anos uns dez anos no dia de são nunca o  
231 FEAM vem me autuar , mas se eu ficar bem quietinho pode ser até que até que eles nem  
232 apareçam isso repercutiu um grave prejuízo porque nós queremos acertar geral  
233 legalidade ambiental , então a mudança no valor das penalidades os senhores já  
234 trabalharam com essa mudança em pleno vigor é representa pra nós a possibilidade de



235 trazer mais gente para legalidade ambiental e romper esse raciocínio tolo que contava  
236 com a ineficácia e deficiência do nosso sistema .  
237 Bom é agora vou abordar um tema que talvez os senhores já tenham refletido sobre ele ,  
238 que é o seguinte , os senhores viram que aplicação de penalidade com processo que a  
239 FEAM lavra um auto de infração que a FEAM assina um parecer técnico parecer  
240 jurídico que conhecemos a aplicação da penalidade da mesma forma (...) os senhores  
241 vão me perguntar . Então quê que nós fazemos aqui se tudo é conhecido pelos órgãos  
242 ambientais se isso é um processo absolutamente bem delineado qualquer papel dos  
243 senhores aqui , quem que eu tenho que julgar aqui eu posso (...) na fiança ?  
244 Eu (...) no IEF numa aplicação de penalidade (...) e a resposta tem que ser muito clara e  
245 muito precisa . Os senhores podem sim , porque o titular de exercício de poder de  
246 policia são os senhores (...) não é a pena não é o IEF não é o (...) agora , sou obrigado a  
247 dizer que se forem contra os comparecerem dos órgãos ambientais deverão fazer (...)  
248 como autoridade publica deve fazer de maneira motivada . Se não aplicam uma  
249 penalidade tem que provar que ou condição de agente não existe ou o dano não existe  
250 ou que não existe mérito de causalidade entre a conduta do agente (...) e provar não com  
251 palavras , provar dentro dos autos que são trazidos aos senhores exatamente pra isso ,  
252 que esses dados fiquem muito bem apresentados e muito bem formalizados . Então isso  
253 não é duvida que eu tenho visto isso em várias Copam regionais onde eu tenho feito  
254 essa apresentação e essa é a resposta mais franca e simples que um advogado pode dar  
255 os senhores podem ? Podem , mas devem fazer de maneira motivada o que acontece no  
256 Copam e que se os conselheiros encontram os autos elementos que rompe essa equação  
257 da responsabilidade objetiva eles descaracterizam a infração , dizendo: na verdade o  
258 órgão ambiental interpretou mal os fatos , não ouve dano ou erro do agente ou entre ele  
259 e o dano não a uma relação (...) se tudo isso tiver aprovado (...) na aplicação de  
260 penalidade mas se os senhores reconhecem a comissão de agentes reconhecem ,  
261 reconhecem (...) necessariamente a infração tem que incidir .  
262 Bom então temos um problema que com certeza os senhores verão aqui e empresários e  
263 empresarias você , falo isso com muita tranqüilidade tem empresários e  
264 empreendedores que já se (...) que já se ambientalizaram (...) e tem outros que não tem  
265 uns que fizeram espontaneamente infelizmente é a minoria no meu entendimento e hoje  
266 que fizeram isso porque sentiram (...) que descumpriram a legislação ambiental não  
267 compensa e não compensa mesmo que como disse aqueles 3 (Três) sistemas de  
268 responsabilidade são extremamente pesados , repercutem negativamente em todo tipo  
269 em todo aspecto que se possa imaginar até pela liberdade física e, os senhores me  
270 perguntariam : como é que eu vou tratar de modo diferente esses que são diferentes  
271 afinal de contas tratar desigualmente não (...) medidas de justiça , da mesma forma tratar  
272 igualmente quem é igual e aí a noticia que eu tenho que dar ao senhores (...) o nosso  
273 meio jurídico ele foi sensível a essas diferenças entre os empreendedores entre aqueles  
274 que potencialmente (...) o meio ambiente em que eu digo , eu posso ser sensível e tratar  
275 desigualmente descaracterizando infrações ? Não , se eu reconheço a desistência de  
276 infração a penalidade vai necessariamente incidir , mas o nosso regime jurídico diz o  
277 seguinte : existem circunstancias que atenuam e existem circunstancia que agravam essa  
278 penalidade e, ai tá o grande poder dos conselheiros e ai a oportunidades que eles tem de  
279 diferenciar as distintas maneiras de se comportar diante a legislação ambiental então  
280 existem atenuantes em primeiro lugar , existem uma deliberação (...) especifica  
281 deliberação de numero dezessete (17) que faz a dosagem da pena ou nós imitamos uma



282 técnica (...) que nós chamamos dozemetria da pena dizendo : primeiro se fixa uma pena  
283 básica depois se aplica uma pena mansa depois se aplica agravantes e eu me concentro  
284 aqui nas (...) que ouve uma alteração muito interessante e também aquelas alterações do  
285 (...) que ouve aqui nós temos tínhamos duas (2) (...) tradicionais que era a comunicação  
286 imediata do evento (...) reparação que se da , e os senhores não tinham muito que  
287 trabalhar com elas Porque a própria reunião a própria IEF o dano feito propriamente  
288 comunicado portanto cabe a aplicação da atenuante e também reportava dizendo aos  
289 senhores que ouve a arrecadação por (...) e mais nada podia ser feito então os  
290 conselheiros sentiam um pouco enquadrados por esse sistema e disseram , aprovaram a  
291 deliberação (...) que o decreto que eu disse antes que incluiu mais duas (...) que são a  
292 extensão ou seja uma coisa , descumprir a legislação ambiental e impactaram trezentos  
293 (300) equitares de , de mata atlântica , isso tem que ser levado de maneira considerar de  
294 maneira diferente se não seria injustiça e a outra é atenuante é a situação econômica do  
295 infrator porque , uma coisa é uma grande impressa cometer infração ambiental outra  
296 coisa é um pequeno produtor rural cometer infração ambiental os dois (2) descumpriu a  
297 legislação ? Os dois (2) descumpriram a penalidade vai ter que incidir ? Vai ter que  
298 incidir necessariamente mas , a situação econômica do infrator provando ele (...) essa  
299 situação econômica desfavorável insuficiente , provando isso a pena poderá ser puxada  
300 para mais perto do seu piso e com essas ferramentas os conselheiros podem ao meu ver ,  
301 com base de experiência que a gente tem no Copam nós veremos que os conselheiros  
302 podem estimular , estimular o comprimento é da legislação ambiental e da mesma forma  
303 desestimular o comprimento .Bom e esses essas considerações que eu fiz são na verdade  
304 , as principais considerações a respeito do processo de aplicação de penalidade eu só  
305 que o regime jurídico traçado pelo decreto 424 permite que uma vez aplicar a  
306 penalidade ou seja feito o trabalho , os senhores estão convidados e não é convidados é  
307 obrigados a fazer aqui que é aplicar as penalidades caberá ainda ao infrator uma , uma  
308 demonstração de que esta favorável a aplicação da legislação ambiental que é o seguinte  
309 : nós facultamos ao empreendedor a assinatura dentro do compromisso que tem força de  
310 titulo executivo expresidencial isso para nosso advogado é muito importante porque nos  
311 permite partir direto para processo de execução e que nós chamamos de processo de (...)  
312 que é mais demorado é assinar esse termo de compromisso ficam suspensas as  
313 obrigações de pagar a multa , suspensas até que a recuperação e arrecadação do dano  
314 seja promovido uma vez feito isso a multa vai poder ser reduzida em até 50 % do seu  
315 valor é a ultima informação que eu gostaria de passar aos senhores , aqui aos poucos  
316 todos vocês seriam - se acostumando com , com essa legislação a partir de agora que já  
317 na próxima reunião vai ser fundamental (...) seguinte nessa exposição era só isso , passo  
318 a palavra para o Doutor Ilmar .

319 - **Doutor Ilmar:** Muito obrigado Doutor Augusto (...) presidente de normas da diretoria  
320 de normas e procedimentos da secretaria de Estado de meio ambiente desenvolvimento  
321 sustentável. É eu queria só salientar dois (2) aspectos .

322 O primeiro é que nós sempre , sempre possível nós vamos trazer alguém que possa falar  
323 sobre penas diretamente relacionado nas atividades dos senhores e senhoras aqui  
324 conselheiros e nós acreditamos que com isso nós vamos estar contribuindo para cada  
325 vez mais agente possa capacitar no trabalho mesmo, no dia a dia na pratica dos senhores  
326 conselheiros e isso eu acho que hoje nós tivemos essa oportunidade de falar com essa  
327 relação na questão de penalidades e nas próximas ocasiões nós vamos estar sempre  
328 escolhendo assuntos trazendo de fato as pessoas que estão encarregadas a frente do



329 trabalho , desses respectivos trabalhos dessas ações para que os senhores possa ter  
330 sempre as informações aqui não é ! E um outro aspecto então eu queria agradecer o  
331 Doutor Augusto (...) e eu só queria chamar atenção que o Doutor Augusto fez  
332 referencias com relação essa coletânea de legislação ambiental que nesse momento se  
333 encontra esgotado na FEAM mas entretanto tem uma noticia que nós já estamos  
334 terminando aqui a edição de uma nova edição e todos os senhores conselheiros tantos os  
335 titulares quanto os suplentes irão receber (...) essa comunicação sim que nós tenhamos  
336 isso pronto lá em belo horizonte então até porque isso é um suporte ao trabalho dos  
337 conselheiros não é , e mais dentro de muito pouco tempo teremos essa nova edição  
338 realizada até porque em questão de legislação é bastante ampla , até porque a cada dia  
339 surge uma nova legislação e obviamente compete a nós a sempre está atualizando esse  
340 tipo de publicação , então eu queria deixar isso claro para quem possa (...) provavelmente aqui na sede do nosso Copam deve ter alguns ou (...) exemplar , mas isso  
341 nós estamos procurando sanar com devida urgência , Doutor Augusto quer acrescentar  
342 mais um ponto.  
343

344 **Doutor Augusto :** Sim , eu só queria lembrar aos conselheiros que enquanto a  
345 publicação não fica pronta essa legislação fica disponível no site da FEAM  
346 [www.feam.com.br](http://www.feam.com.br) já atualizado e também impor isso é o mais importante talvez e  
347 estamos aqui a disposição dos senhores para responder a parti de agora , perguntas que  
348 os senhores tenham sobre aplicação de penalidade .

349 **Doutor Ilmar:** Então abrimos aqui nosso tempo para que os senhores conselheiros  
350 possam perguntar esclarecer alguma duvida em relação à explanação do Doutor  
351 Augusto, não sei se teriam, mas se caso tenham, por favor, se identifique antes de sua  
352 manifestação.

353 **Conselheiro Valmir – Policia Militar:** Com relação que foi dito, quando procedido à  
354 fiscalização não ocorrendo não sendo registrado a infração e feito um auto de  
355 fiscalização ocorrendo alguma infração ambiental é feito o auto de infração, entretanto  
356 nós temos notado um trabalho desse meio ambiente que, tipo de exemplo região de  
357 Itaúna o ano passado foi feita uma denúncia e ouve uma fiscalização por parte da  
358 FEAM foi detectada de uma certa forma uma infração, mas (...) tá a vendo falta de  
359 comunicação, ou seja, com a policia do meio ambiente ou encaminhamento diretamente  
360 para ministério público porque na maioria dos casos sendo verificada a infração (...) o  
361 crime ambiental de acordo com a lei 9.605 e os órgãos de fiscalização ambiental do  
362 Estado estão deixando de dar de certa forma um prosseguimento para que a policia  
363 ambiental para fazer um boletim de ocorrência para dar subsidio ao ministério público  
364 na propositura da ação penal (...) não existe uma obrigatoriedade uma vinculação que  
365 obrigue que no caso verificação de um delito ambiental que seja é participado com  
366 ministério público e com a policia do meio ambiente para que seja adotadas as  
367 providencias em relação ao crime ambiental .

368 **Doutor Ilmar:** Obrigado conselheiro

369 **Doutor Augusto:** o capitão levanta (...) que é um sistema tripartite em relação (...) que  
370 tanto responsabilidade penal quanto (...) em função dos danos e o que ele está  
371 perguntando é o seguinte em grande parte das vezes se á uma infração administrativa a  
372 também crime e evidentemente e a também a obrigação de reparação civil, que o  
373 capitão pergunta é o seguinte, existe alguma disposição legal que obrigue a  
374 comunicação da infração administrativa com sistema de (...) da responsabilidade penal.



375 Capitão eu desconheço esse dispositivo expresso na legislação ambiental mas é obvio se  
376 o sistema é (...) ou seja responsabilidade administrativa se comunica com a penal se  
377 comunica com a civil existe sim a obrigação de reparar o dano , o perdão de comunicar  
378 a infração administrativa para o ministério público (...) militar mesmo porque se não  
379 existe um dispositivo expresso na legislação ambiental existem outros dispositivos  
380 expressos embora (...) legislação ambiental embora , indicam a obrigação de se fazer  
381 essa comunicação , agora me parece que o Doutor Ilmar pode falar um pouco disso é  
382 que existe mesmo um , um digamos um ruído e uma (...) entre esses sistemas que tem  
383 que ser imediatamente sanado e o que eu posso adiantar então é que o ministério  
384 público estadual e o sistema estadual de meio ambiente estão em franca demonstração  
385 em franca (...) que evidentemente que vai ser um dos pontos que vai ser abordado por  
386 outro lado viça e versa também apurando a Policia Militar algum crime também nós  
387 devemos ser complicados porque quase 100% de certeza isso que é crime também é  
388 infração administrativa que portanto deve ser apurada aqui .

389 **Doutor Ilmar:** Só para recitar em relação a essa questão é nós estamos especificamente  
390 com o ministério público nós estamos agendando uma série de reuniões do trabalho,  
391 para exatamente melhorar essa sintonia nós temos percebido que ela tem realmente tem  
392 alguns problemas, recentemente eu tenho conversado com os promotores e muitos dos  
393 senhores promotores eles tem nos solicitados, até para facilitar o trabalho deles esses  
394 promotores que tem suas comarcas, e quando é dado o auto de infração por parte da  
395 FEAM, por exemplo, seria interessante que o promotor recebesse a cópia desse auto de  
396 infração e isso pra nós é interessante que ocorra de fato (...) e ao saber que (...) fatos  
397 tendo problema no envio ou o envio é mais tardio ou então não enviado diretamente ao  
398 titular (...) isso atrapalha de mais a ação da, do ministério público na região então sobre  
399 isso a partir da próxima semana nós já estamos publicando a obstrução de serviço na  
400 FEAM, indicando que toda vez que houver um auto de infração ele vai ser, a cópia dele  
401 vai ser encaminhada imediatamente, para dar ciência ao promotor na região o que está  
402 acontecendo com que empresa o que aconteceu o quê que foi feito. Com relação a  
403 policia militar ambiental florestal a mesma coisa , até porque é uma coisa que não  
404 acontecia e eu tenho verificado que ainda não está de forma que nós gostaríamos é  
405 sempre que nós recebemos um boletim de ocorrência (...) qualquer no Estado de Minas  
406 Gerais na sua grande maioria não (...) pró policial (...) então quer dizer (...) receberam  
407 não receberam quê que fizeram a partir disso esse , quero dizer essa resposta isso é  
408 fundamental para que o policial possa saber , olho bom , aquilo que eu mandei é  
409 pertinente é extremamente pertinente é foi feito uma resposta nesse tido e também  
410 porque não a questão dos autos de infração , então não tenha dúvida que nós agora  
411 estamos discutindo essa é fluxo de comunicação até porque é nosso entendimento que  
412 os grandes problemas relacionados a atividades humanas e questão de comunicação (...)  
413 a falta de comunicação ou melhor ela pesa com a porcentagem muito grande para o  
414 sucesso (...) as vezes você tem os diversos órgãos que cuidam que tem o objetivo  
415 comum e esse trabalho (...) então eu acho que é extremamente impertinente a o  
416 questionamento do conselheiro e o que eu posso dizer que nesse sentido nós estamos  
417 preocupados e trabalhando no sentido de mudar um pouco a vamos dizer assim , a  
418 cultura dos órgãos desse , com relação a comunicação de fluxo de fluxo de informação  
419 isso é fundamental até porque as estruturas é hoje do Estado tanto o IEF ,FEAM quanto  
420 o IAM para fazer esse trabalho de fiscalização monitoramento em todo Estado de Minas  
421 Gerais muito pequeno não é , então mais um motivo ainda pra que agente possa utilizar



422 da (...) que a Policia Militar tem hoje no Estado de Minas Gerais e que possamos estar  
423 em perfeita sintonia com o Ministério Público para que as ações possam ser feitas de  
424 forma a maximizar o nosso esforço e alcançar o êxito que melhor traduziria numa  
425 melhor gestão ambiental do Estado , eu não sei se o nosso coordenador do número de  
426 combustíveis Eduardo (...) queria acrescentar mais alguma coisa em relação a isso (...).

427 **Coordenador do número de combustíveis Eduardo:** (...) uma infração que nós  
428 lavramos as diretorias a Dêem e a Disan cada final de mês manda o Ministério Público  
429 inclusive agente tem recebido alguns retornos de quais todas ações tomadas encima  
430 daqueles autos de infrações se foram corrigidos ou não (...).

431 **Conselheiro Valmir – Policia Militar:** É (...) realmente eu acho que acontecendo às  
432 vezes alguma coisa nesse sentido, esse fato específico que eu citei observei foi em  
433 questão do auto denúncia que foi feito com município de Itaúna em relação o  
434 soterramento de 2 (dois) leitos de, de curso de água que foi feito (...) e nem o Ministério  
435 Público e nem a Policia Militar tomou conhecimento nós notamos esse fato e  
436 gostaríamos, posteriormente através do processo investigativo, procedimento  
437 investigativo que foi levado (...) e foi constatado posteriormente que avia uma  
438 fiscalização da FEAM que já tinha sido feita (...).

439 **Doutor Iimar:** Perfeito conselheiro mais algum conselheiro que gostaria de ter alguns  
440 pontos conhecidos sobre esse assunto específico, não tendo então nós passamos então  
441 para a análise dos processos administrativo que foram escalados aqui para nossa  
442 reunião.

443 Inicialmente o processo administrativo por exame de licença de operação corretiva (...) .  
444 Primeiro processo comercial Juliano LTDA , posto de abastecimento de combustíveis  
445 em Divinópolis Minas Gerais , processo administrativo número 03375/2001/001/2001 .  
446 Eu pediria ao Doutor Pedro para fazer a leitura tanto da conclusão do parecer técnico  
447 quanto do parecer jurídico.

448 **Doutor Pedro:**

449 Empreendimento: Geraldo Magela (...),  
450 empreendimento comercial : Juliano LTDA ,  
451 Atividade : comércio varejista de derivado de petróleo e álcool classe 1 (Um) Endereço  
452 : Rua Pernambuco 1210 localização : centro Município de Divinópolis Minas Gerais ,  
453 Consultoria ambiental : Ambiental Consultoria e Projetos LTDA  
454 Referência : licença de operação procedimento corretivo.  
455 Validade : 8 anos .

456 Resumo : O comercial Juliano LTDA (...) CNPJ número 0217057800111 é um  
457 empreendimento de revenda de combustível líquidos derivados de petróleo e álcool  
458 localizado no Município de Divinópolis Minas Gerais com capacidade de armazenagem  
459 nominal de 60 mil litros de óleo diesel gasolina e álcool o produto é fornecido pela  
460 Petrobrás distribuidora S.A , na análise do projeto gráfico provou que foram  
461 especificados os equipamentos e sistemas de controle ambiental de acordo com a  
462 resolução do programa número 273.2000 com as novas técnicas da APNT e com as  
463 diretrizes definidas pela deliberação (...) Copam número 250/2000 os aspectos  
464 ambientais potencialmente impactantes associados as atividades que é exercida e foram  
465 devidamente contempladas na documentação que instrui o requerimento de licença , isto  
466 consta este parecer é favorável (...) da licença de operação e procedimento corretivo  
467 para empreendimento comercial Juliano LTDA , constantes do processo Copam  
468 03375/2001/001/2001 citado no Município de Divinópolis Minas Gerais ,



469 condicionando essa licença ao cumprimento do FCA e PCA apresentados e foi alistados  
470 anexo 1 e 2 a Procuradoria Jurídica .  
471 Conclusão de parecer técnico .  
472 Segunda análise da apresentação do processo de licença de operação procedimento  
473 corretivo da empresa comercial Juliano LTDA conclui – se que os impactos ambientais  
474 a serem gerados pela atividade no empreendimento , minimizado de forma adequada ,  
475 cabe esclarecer que a FEAM não possui responsabilidade técnica sobre projetos de  
476 sistemas de controle ambiental liberados para implantação a (...) operação e  
477 comprovação de eficiência desses de inteira responsabilidade da própria empresa em  
478 seu projetista , esse parecer sugere a concessão da licença de operação procedimento  
479 requerido pela empresa Juliano LTDA condicionada o cumprimento dos itens  
480 relacionados no anexo 1 e 2 com qualidade de 8 anos .  
481 Condicionantes da licença de operação .  
482 Item 1 : executar o programa de alto monitoramento dos (...) líquidos e resíduos tóxicos  
483 conforme no anexo 2 , prazo semestral .  
484 Item 2 : implementar o plano de treinamento dos frentistas e demais funcionários do  
485 empreendimento com base orientativa dos termos de referência PC 004 , treinamento  
486 básico em segurança e meio ambiente , PC 005 (...) incêndio e PC 006 plano de  
487 atendimento a emergências para postos de combustível prazo 3 meses .  
488 Item 3 : apresentar o laudo de manutenção das válvulas de retenção de gases instalados  
489 nos respiros dos tanques , prazo normalmente .  
490 Item 4 : informar firma que irá coletar resíduos sólidos , embalagem de óleos  
491 lubrificantes e etc; no prazo de três meses .  
492 Item 5 : instalar válvulas antitrasbordamento no prazo de 3 meses .  
493 Parecer Jurídico , a requerente de qualificar os altos , solicitou a licença de operação  
494 para seu sistema de revenda de combustível líquido derivados de petróleo e álcool  
495 localizado no Município de Divinópolis Minas Gerais .  
496 O processo encontra – se formalizado e instruído com documentação exigida , o parecer  
497 técnico informe síntese que os equipamentos do sistema do controle ambiental foram  
498 especificados de acordo com 273/2000 com novas técnicas da APNT e com as diretrizes  
499 definidas pela FEAM , através da deliberação normativa Copam 50/2001 , conclui que  
500 os aspectos ambientais potencialmente (...) , associados atividades exercidas foram  
501 devidamente contempladas a documentação que instruiu o requerimento da licença . (...)  
502 é o parecer favorável a concessão da licença de operação condicionado – a ao  
503 cumprimento do contido anexo 1 e 2 . Em face do exposto somos pela concessão da  
504 licença de operação para requerente comercial Juliano LTDA com prazo de validade 8  
505 anos , vinculando – a ao cumprimento das condicionantes dos anexos 1 e 2 os termos do  
506 parecer técnico contido a unidade regional colegiado do conselho estadual de política  
507 ambiental do alto São Francisco , (...) ressalto essa procuradoria que a licença ambiental  
508 (...) não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de certidões , alvará sua  
509 licença de qualquer natureza exigir pela Legislação Federal , Estadual ou Municipal  
510 devendo sobredito a observação mostrar o certificado de licenciamento emitido por essa  
511 fundação , é o parecer .  
512 **Doutor Ilmar:** Obrigado Doutor Pedro.  
513 Bom , então nós damos início a análise de discussão desse processo só ainda em  
514 credibilidade, vale a pena é informar que nessa fase que nós vamos discutir ou  
515 esclarecer as dúvidas , dos senhores conselheiros e só então depois dessa fase é que nós



516 passaremos a discutir não é o processo de implantação pra concessão ou não da  
517 requerida licença . É só pra mais um título de esclarecimento que empreendedores  
518 encontra ?

519 Então abrimos o processo de esclarecimentos e discussão , e só reforço mais uma vez a  
520 necessidade de identificação dos senhores conselheiros , antes de prosseguir com a  
521 manifestação queria informar também que a FEAM está com um pessoal técnico aqui  
522 pra qual quer esclarecimento , assim como o nosso pessoal Jurídico também para  
523 qualquer esclarecimento nessa área .

524 Bom, então eu, como não a nenhum esclarecimento a ser feito então eu coloco em  
525 votação o pedido de licença de operação corretiva do empreendimento comercial  
526 Juliano LTDA Postos de abastecimentos de combustíveis em Divinópolis Minas Gerais  
527 processo 03375/2001/001/2001 os conselheiros que estão de acordo com o deferimento  
528 da licença permaneçam como estão e os que tiverem contrário, por favor, se  
529 manifestem. Então aprovado por unanimidade, a concessão dessa licença. Próximo  
530 processo alto posto Samonte LTDA posto de abastecimento de combustíveis em Santo  
531 Antônio do Monte Minas Gerais processo administrativo 03718/2001/001/2001. Vamos  
532 prosseguir então a leitura do (...) do parecer técnico e a conclusão do parecer Jurídico  
533 Doutor Pedro unidade Regional colegiado Copam Alto São Francisco .

534 **Doutor Pedro:**

535 Empreendedor : Antônio Francisco Cabral ,  
536 Empreendimento : Auto Posto Samonte LTDA ,  
537 Atividade : Comércio Varejista de Combustível Líquido ,  
538 Endereço : Rua Carlos Bernardes Número : 1043 ,  
539 Localização : Zona Urbana do Município de Santo Antônio do Monte ,  
540 Município : Santo Antônio do Monte – Minas Gerais ,  
541 Consultoria Ambiental : MGA Engenharia (...) LTDA ,  
542 Referencia : Licença de Operação Classe Um (1) A ,  
543 Validade : 8 Anos

544 Resumo : O Empreendimento Auto Posto Samonte LTDA CNPJ 22612683/001-70 é o  
545 empreendimento do setor sistema de revenda de combustível líquidos derivados de  
546 petróleo e álcool está localizada na zona Urbana do Município de Santo Antônio do  
547 Monte Minas Gerais . A capacidade de armazenagem nominal é de sessenta (60) mil  
548 litros de gasolina óleo diesel e álcool e os produtos combustíveis são fornecidos pela  
549 (...) Petrobrás distribuidoras S.A (...) pela agencia nacional de petróleo ANT .

550 De acordo com a nova técnica (...) 13786 que destina a seleção dos equipamentos e  
551 sistemas a serem utilizados pelo sistema de armazenamento subterrâneo o  
552 empreendimento foi classificado ambientalmente como censo de classe pública . Após a  
553 análise do projeto básico e com as informações coletadas através de vistorias efetuadas  
554 no 03 / 12 / 2003 e considerando a classe do empreendimento classe um (1) (...) 13786  
555 comprovou – se que todos os proteção e controle necessários que foram implantados  
556 estão de acordo com a resolução do (...) 273 / 2000 com as novas técnicas ADNT e com  
557 as diretrizes definidas pela FEAM através da deliberação normativa Copam 050 / 2001  
558 (...) parecer é favorável a concessão da licença de operação corretiva para o  
559 impedimento do Auto Posto Samonte LTDA dedicar a revenda varejista de  
560 combustíveis e situado no Município de Santo Antônio do Monte Minas Gerais com  
561 registro no órgão ambiental através do processo Copam 037182001/001/2001



562 condicionando essa licença ao cumprimento dessas exigências em respectivos prazos  
563 retalhados nos anexos 1 e 2 ouvida a procuradoria da FEAM .  
564 Leituras das (...) .  
565 Item 1 : executar o programa de automonitoramento dos influentes líquidos e resíduos  
566 sólidos com forme definido no anexo 2 , prazo 6 meses .  
567 Item 2 : Apresentar laudos de manutenção das válvulas de retenção de gases instaladas  
568 nos respiros dos tanques , prazo anualmente .  
569 Item 3 : implementar o plano de treinamento dos frentistas e demais funcionários do  
570 empreendimento e o plano de resposta a incidentes cumprindo as exigências dos termos  
571 de referência PC 004 treinamento básico em segurança ao meio ambiente PC 005 (...) de  
572 incêndio PC 006 plano de emergências para postos de combustíveis elaborado pela  
573 FEAM (...) prazo 3 meses .  
574 (...) Conclusão vamos lá .  
575 Segundo a análise da documentação apresentada do processo de licença de operação  
576 corretiva do empreendimento Auto Posto Samonte LTDA conclui – se , que os impactos  
577 ambientais causados pelas atividades do empreendimento estão sendo minimizadas de  
578 forma adequada , cabe a esclarecer que a FEAM não possui responsabilidade técnica  
579 sobre os projetos de sistemas de controle ambiental liberados para implantação , sendo a  
580 execução operação comprovação de eficiência desses de inteira responsabilidade da  
581 própria ou seu projetista .Esse parecer sugere a concessão da licença de operação  
582 corretiva requerida pela empresa Auto Posto Samonte LTDA condicionada ao  
583 cumprimento das exigências relacionadas nos anexos 1 e 2 com validade de 8 anos .  
584 Parecer Jurídico .  
585 A requerente já qualificada os autos solicitou a licença de operação para seu sistema de  
586 revenda de combustíveis líquidos derivados de petróleo e álcool localizado no  
587 Município de Santo Antônio do Monte Minas Gerais . O processo encontra – se  
588 formalizado e instruído com a documentação exigida . O parecer técnico informa e  
589 síntese que os equipamentos de sistema de controle ambiental foram especificados de  
590 acordo com ao resolução do CONAMA 273200 com as normas técnicas da (...) e com  
591 as diretrizes definidas nas deliberação normativa Copam 050 / 2001. Conclui que os  
592 aspectos ambientais potencialmente impactantes associado a atividade exercida foram  
593 devidamente contemplados a documentação que instruiu o requerimento da licença , (...)  
594 da licença de operação , condicionando ao cumprimento dos anexos 1 e 2 . Em face do  
595 exposto somos pela concessão da licença de operação para requerente Auto Posto  
596 Samonte LTDA , com prazo de validade oito (8) anos vinculando – a ao cumprimento  
597 das condicionantes dos anexos 1 e 2 nos termos do parecer técnico (...) Conselho  
598 Estadual de Política Ambiental do Alto São Francisco , por verdadeiro ressalto essa  
599 procuradoria da licença ambiental impresso (...) certidões , alvarás ou licenças de  
600 qualquer natureza exigidos pela legislação federal estadual ou municipal devendo  
601 sobredita a observação como está no certificado (...) é o parecer .  
602 **Doutor Ilmar:** Obrigado Doutor Pedro, só uma pergunta, se o empreendedor  
603 representante empreendedor está presente, não, é também, só dar uma informação que  
604 os senhores conselheiros, suplentes também podem se manifestar não é, sendo que o  
605 voto é apenas um, mas eles também têm o direito de se manifestar tá certo.  
606 Então nós vamos abrir a discussão para os senhores conselheiros com relação o  
607 processo em julgamento .  
608 Conselheiro do Ministério Público Doutor Alex



609 (...).

610 O empreendimento anterior foi colocado como condicionante a apresentação do prazo  
611 de 3 (Três) meses da firma que irá fazer a coleta (...) e nesse empreendimento não foi  
612 apresentado essa condicionante . Então eu quero mais esclarecimento que já as vezes já  
613 consultou o projeto do Auto Posto Samonte e do anterior não , agora se não constou (...)  
614 tratamento igual também exigindo essa condicionante .

615 **Doutor Ilmar:** Obrigado conselheiro pediria ao representante da FEAM que pudesse  
616 esclarecer (...) pelo conselho.

617 (...) **operador de (...) combustível:** Esse segundo processo já tem já a empresa  
618 contratada logicamente não existe necessidade de colocar uma condicionante que já tem  
619 uma empresa contratada (...).

620 **Doutor Ilmar:** pergunto aos senhores conselheiros se está perfeitamente esclarecido,  
621 mais alguma dúvida dos senhores conselheiros o processo está em fase de discussão.  
622 Nenhuma dúvida , então vamos iniciar a segunda parte do processo que é o julgamento  
623 da solicitação da licença de operação corretiva do Auto Posto Samonte LTDA , Posto de  
624 Abastecimento de Combustível de Santo Antônio do Monte Minas Gerais processo  
625 administrativo 03718/2001/001/2001.

626 Os senhores conselheiros que estiverem favoráveis a concessão da licença de operação  
627 corretiva solicitado por esse empreendimento que permaneçam como estão e aqueles  
628 conselheiros que não concordarem se manifeste .

629 Aprovado então com unanimidade o segundo processo .

630 Próximo processo administrativo para exame de licença de operação corretiva (...)  
631 Fazenda Parreiro Jair Nonato e outros Suinocultura Perdígão Minas Gerais processo  
632 administrativo número 43/03/01/06 .

633 Vamos então começar leitura do parecer técnico da conclusão (...).

634 (...) os senhores podem verificar em função que nós temos três órgãos IEF , FEAM ,  
635 IAM e procedimentos os mesmos procedimentos e não padronizados nós efetivamente  
636 estamos discutindo de uma forma de trazer um padrão aos senhores conselheiros porque  
637 eu acho que torna muito mais fácil não é , a leitura e o entendimento não é ,então mais  
638 do que nunca isso só demonstra a necessidade dessa integração , principalmente (...) a  
639 forma de parecer de tanto técnico quanto jurídico para que nós tenhamos um padrão ,  
640 esse padrão possa facilitar o impedimento dos senhores conselheiros . Então peço que  
641 possa prosseguir a leitura da introdução e da conclusão .

642 **Doutor Pedro:**

643 Parecer técnico : IEF Copam /2004 ,  
644 Empresa : Jair Nonato de Souza e outros ,  
645 Empreendedor Jair Nonato de Souza e outros  
646 Município : Perdígão Minas Gerais ,  
647 Atividades Predominantes : Suinocultura ,  
648 Processo : 43030103 ,  
649 Licença de operação corretiva .

650 Introdução : O empreendedor Jair Nonato de Souza e outros solicitou junto ao IEF  
651 Copam a licença de operação corretiva da família Barreiro , localizada no Município de  
652 Perdígão Minas Gerais .

653 As atividades de Suinocultura é desenvolvida em uma propriedade de 50,50 hectares  
654 dedicada a exploração agropecuária . Além da Suinocultura existe na propriedade uma  
655 pequena atividade pecuária de corte extensiva com aproximadamente cinquenta



656 cabeças , a granja está dimensionada para trabalhar com o plantel de quatrocentas e  
657 cinquenta matrizes (450) matrizes de ciclo completo o que totaliza quase 4500 animais  
658 , o empreendimento conta com o total de 12 funcionários divididos nas diversas  
659 atividades da propriedade . O estudo ambiental não faz referência as áreas de  
660 preservação permanente e de reserva legal . O mínimo exigido pela lei 14309 de  
661 20 /06/2002 é que toda propriedade rural deve ter 20 % da área total com reserva legal .  
662 Conclusão do Parecer Técnico : O fim dessa acessória técnica pelo (...) da requisição de  
663 licença de operação corretiva para fábrica Barreiro de propriedade do empreendedor Jair  
664 Nonato de Souza e outras atendidas as condicionantes do estado do anexo 1 ouvido a  
665 acessória Jurídica do IEF é o parecer .  
666 Condicionantes : (...) a reserva legal no cartório de registro de imóveis .  
667 Dois (2) : Implantação do sistema de monitoramento dos influentes da Suinocultura  
668 lençol freático e curso de água conforme apresentado no parecer técnico .  
669 Quatro (4) : Apresentar novo certificado (...) de uso de armas imediatamente ao termino  
670 do prazo da validade do certificado (...) com vencimento 03/09/2007.  
671 Quinto (5) : Apresentar planos para construção de uma estação para armazenamento  
672 temporário de (...).  
673 Sexto (6) : a destinação das embalagens de produtos médicos veterinários resíduos  
674 sólidos orgânicos deverão ser realizados conforme as resoluções CONAMA 5/93283/01  
675 , abrindo a comercialização do emprego de reciclagem essa deverá ser comprovada pela  
676 lei de contrato nota fiscal e ou declaração do receptor , os efluentes só poderão ser  
677 lançado em curso d água se atenderem os padrões estabelecidos (...) /83 .  
678 Oitavo (8) : Apresentar no prazo de cento e oitenta (180) dias relatório de comprovação  
679 da execução das medidas condicionantes inclusive com o relatório fotográfico .  
680 Parecer Jurídico .  
681 Conclusão : Pelo esforço opina essa procuradoria Jurídica pela concessão da licença  
682 requerida sem entrar no mérito do parecer técnico ciente do (...) deve se dar créditos aos  
683 peritos nos assuntos . Salientamos ao empreendedor que o descumprimento de  
684 condicionantes é um ato (...) de atuação e que a licença ambiental não assegura ao seu  
685 titular a manutenção do status quo (...) vigorante ao tempo de sua expedição sujeito a  
686 prazo de validade . Procurando enfatizar e dar cumplicidade ao assunto adstrito do  
687 corpo desse parecer essa procuradoria reafirma que a (...) da reserva legal a Magno  
688 registro imóvel é a concretização do respeito das pertinentes gerações para estrutura  
689 onde a o comprometimento do poder público e da produtividade para defesa a  
690 preservação e a recomposição de pelo menos alguma parte (...) é o parecer .  
691 **Doutor Ilmar:** Muito obrigado e eu perguntaria se o empreendedor está presente ou o  
692 representante do empreendedor.  
693 Bom então vamos dar inicio o processo de discussão não é , da solicitação de licença e  
694 eu pergunto aos senhores conselheiros se existem dúvidas que se manifestassem , por  
695 favor nome .  
696 (...) **Valério representante da (...).**  
697 (...) , eu gostaria de saber (...) porque não existe data aqui nessa condicionantes , quando  
698 é necessário fazer a demarcação (...) inclusive no relatório Jurídico fala que 20 % das  
699 reservas legais é necessário demarcar e que também não existe data no relatório Jurídico  
700 é isso que eu gostaria de perguntar .  
701 **Doutor Ilmar:** é nós temos aqui a presença do Jurídico e da área técnica do (...) pediria  
702 então, por favor, que se identificasse para responder essa pergunta.



703 (...).  
704 Boa tarde a todos .  
705 Na questão da reserva legal é (...), é um momento que o IEF detecta se o empreendedor  
706 tem ou não a área de reserva legal privada (...) podemos infringir dessa forma o que  
707 demarca a (...) penal .  
708 **(...) Valério:**  
709 No parecer Jurídico então não é necessário consta esse prazo de 180 dias .  
710 **(...):** Não porque já tá presumido no parecer técnico, agente simplesmente (...) parecer  
711 Jurídico à parte legal da (...).  
712 **Alex Fernandes Santiago - Promotor de Justiça:** A mesma dúvida que o conselheiro  
713 está tendo eu (...) porque realmente não está expresso no (...),  
714 (...) 8 das condicionantes é que ele engloba os (...) de todas as (...) , apresentado no  
715 prazo de 180 dias relatório da comprovação da execução das medidas condicionantes  
716 inclusive com relatório fotográfico então o item 8 agente encerra todas as outras , eu  
717 também tinha essa dúvida conselheiro .  
718 **Conselheiro Capitão Valmir:** minha dúvida é a respeito dos (...).  
719 (...) discussão que é feita sobre licenciamento a respeito das águas pluviais com parecer  
720 técnico orienta que se faça melhor aproveitamento das águas pluviais no processo  
721 produtivo , inclusive apresentando sugestões para como o (...) seja procedido ,  
722 entretanto as condicionantes não existe nenhuma clausula que fale a respeito desse  
723 aproveitamento das águas pluviais .  
724 **Doutor Ilmar:** Obrigado conselheiro, por favor, representante do IEF.  
725 **Representante do IEF:** Boa tarde. como o conselheiro ali disse não chega a ser uma  
726 condicionante , é apenas uma sugestão para o empreendedor porque existe vários (...) ,  
727 ou simplesmente levá-la para seu curso normal (...) .  
728 **Conselheiro Capitão Valmir:** Eu queria dizer que é interessante colocar a  
729 condicionante e indicar que cumpra uma dessas orientações para melhor aproveitamento  
730 da capitação da água pluvial (...).  
731 **Doutor Ilmar:** Então como eu entendi o conselheiro está propondo a inclusão da  
732 condicionante que foi colocada como uma sugestão por parte do IEF está propondo que  
733 seja elaborada uma condicionante desse tipo não é isso, por favor, conselheiro.  
734 **Eustáquio Moreira - Representante da APIS:** No item dois (2) implantação de  
735 sistema de tratamento dos influentes da suinocultura apresentado no estudo ambiental.  
736 Eu gostaria de saber , qual é este estudo ambiental . (...) e se o prazo também é de 180  
737 dias .  
738 **Denis - Acessória técnica do Copam:** O estudo ambiental analisado (...), e também  
739 está dentro dos 180 dias.  
740 **Eustáquio Moreira - Representante da APIS:** O item Três (3) implantação de sistema  
741 de monitoramento (...) lençol freático e curso d'água conforme apresentado o parecer  
742 técnico. Esse estudo seria após a implantação do estudo ambiental (...) ?  
743 **Denis - Acessória técnica do Copam:** Após (...) e nesse período de 180 dias pra  
744 colocar em andamento todas as condicionantes inclusive o treinamento porque, nos 180  
745 dias ele vai construir as lagoas, vai colocar em funcionamento e após 180 dias ele vai  
746 começar a nos informar (...).  
747 **Doutor Ilmar:** Obrigado, mais algum esclarecimento conselheiro?  
748 **Eustáquio Moreira - representante da APIS:** Sim, eu gostaria.



749 No (...) os influentes não poderão ser lançados em curso d'água , se atenderem os  
750 padrões estabelecidos na (...).

751 Gostaria de saber quais são os itens , quais são os parâmetros ,qual é a (...) que está  
752 enquadrada e especificar quais as análises a serem feitas porque a deliberação (...)  
753 incompleta (...)

754 **Doutor Iimar:** Perfeito conselheiro enquanto a nossa representante Jurídica busca (...) agente tem em mente não se o representante técnico irá representar.

756 **Denis - Representante técnico do Copam:** quanto aos padrões analisados são esses exigidos na página anterior e vamos ver se eu consigo fazer um resumo. São várias (...) possui várias (...) e dentro dessas(...) que também consta será uma amostra antes do (...) é esses parâmetros que vão (...) após o lançamento a alteração na classe da água . Exemplo se ela chegou (...) após o lançamento desses influentes ela não poderá altera (...) e os parâmetros de classificação de águas estão dentro da FEAM , respondido .

762 **Doutor Iimar:** e quanto ao conselheiro foi esclarecida a dúvida?

763 **Eustáquio Moreira - representante técnico da APIS:** eu queria que fosse em discussão essas condicionantes seriam colocar completamente como relatório da FEAM (...).

766 **Doutor Iimar:** (...) a sugestão do conselheiro é que as condicionantes com relação aos padrões mais claros do parecer técnico, eu posso até tentar dar alguma resposta em relação à sugestão do conselheiro é como eu disse. Nós estamos padronizando a forma de apresentar que cada caso vai fazer seu próprio julgamento, agora aqui nós temos uma câmara que vai estar (...) suas atividades da agenda marrom, da agenda azul da agenda verde e com isso (...) a padronização de (...), então com certeza durante a paralisação daqui até o nosso superintendente de política Doutor Rogério (...) que inclusive está discutindo esta questão de padronizar a parte dos relatórios dos pareceres tanto técnico tanto e jurídico, mas pelo que eu entendi a sugestão do conselheiro é que especificamente nesse processo de ficar (...) essas, esses padrões com relação à (...). Por favor se identifique .

777 **Jadir - acessória da diretoria funcionamento controle do ambiente:** Eu queria esclarecer que a câmara é diferente das câmaras localizadas em Belo Horizonte, que são setoriais, a câmara daqui ela julga todo tipo de processo tantos industriais (...) dos pareceres que alguns pontos (...) porque o parecer industrial jamais poderá ser comparado com de uma propriedade rural os impactos dentro de uma propriedade rural os cuidados dentro de uma propriedade rural é, são bastante diferentes porque dentro de um processo industrial você tem controle de todos (...) você tem controle de todas as atividades, eu tenho uma poluição (...) eu coloquei filtro e acabou na atividade (...) pastoril acontece o seguinte muitas vezes o tipo de poluição (...) acontecido, como as fezes do suíno vai depender do calor do dia, vai depender de chuva, vai depender do tempo mais frio mais quente do tipo de alimentação que consumiu, então existe algum tipo de formação devia ser comparado ser pontuado como é definido no processo industrial elemento sujeito às ações que agente não tem controle sobre ela, por exemplo, as climáticas . Então as vezes a gente dentro desse processo de tá buscando (...) dentro dos Copans regionais para se tornar mais fácil , alguns casos agente vai ter que ser esclarecido no momento , mesmo porque cada caso de uma fazenda é um caso (...) o que não acontece em posto de gasolina por exemplo , todos os postos de gasolina tem um padrão a ser seguido que é igual , uma fazenda ela depende da fotografia ela depende da proximidade da bacia que ela está do rio , então a localização em área de preservação



796 permanente ou não , então existe uma série de diferenças por isso é necessário sempre  
797 que agente venha a trazer alguns esclarecimentos (...).

798 **Douto Ilmar:** perfeito Jadir, no meu entendimento obviamente nós (...) das agendas e  
799 dos processos da característica de cada processo, entretanto o que eu entendi da  
800 sugestão do senhor conselheiro foi do sentido como nós mencionarmos quais são (...)  
801 padrões que será colocado (...) até para um melhor entendimento do empreendedor vai  
802 ver as condicionantes e verificar (...) mais claro não só para os senhores conselheiros  
803 para avaliar o processo, mas também quem recebe a condicionantes a ser seguido, e  
804 nisso nós estamos caminhando com essas discussões como eu já avia dito anteriormente  
805 repito a idéia (...) quanto mais próximos os pareceres tiverem melhor para que agente  
806 possa ter o entendimento mais claro, tudo que for necessário e possível ser feito para o  
807 melhor empreendimento dos senhores conselheiros eu acho que nós temos que caminhar  
808 nesse sentido. Por favor .

809 **Conselheiro Roberto:** O parecer técnico (...) conselheiro entende que nós (...) uma  
810 época (...) o de regime mais rigoroso aceita?  
811 (...) : Os senhores conselheiros se assim acharem podem determinar a data da coleta da  
812 (...) com certeza !

813 **Eustáquio Moreira – representante técnico da APIS:** Em relação (...),  
814 Deverão ser tratados em caixa de gordura antes de serem encaminhados as fossas (...)  
815 que não , as condicionantes não existe nenhuma relação a esse respeito , por isso eu  
816 estava questionando a respeito dessa (...) nos relatórios .

817 **Denis – Representante técnico do Copam:** o que acontece com (...) pelo que nós  
818 temos no processo a geração é muito pequena de resíduos então ela poderá ser tratada  
819 através de uma câmara, de uma fossa (...).

820 **Eustáquio Moreira – Representante da APIS:** E esses serão aprovados (...) de acordo  
821 com a (...)?

822 **Denis – Representante Técnico do Copam:** De acordo (...) o que nos fornece o PCA e  
823 o estado nos fornece grandes proporções.

824 **Eustáquio Moreira – Representante da APIS:** E quem serão os responsáveis por  
825 Aprovação desses projetos?

826 **Denis – Representante Técnico do Copam:** os responsáveis pelo (...).

827 **Doutor Ilmar:** Por o que eu entendo, (...) relação o caso de responsabilidade técnica e  
828 que eu estou entendendo o que o conselheiro perguntou que esses projetos serão ou não  
829 aprovados, e no caso de serem aprovados, quem iria fazer a aprovação?  
830 (...): (...).

831 **Denis - acessória Técnica:** deixa-me ver se eu estou entendendo.  
832 Os padrões (...) são os padrões que serão jogados no curso d'água pelas (...) o  
833 tratamento da parte do esgoto sanitário é totalmente separado através de câmaras certas  
834 (...).

835 **Doutor Ilmar:** então o que eu entendi da pergunta do conselheiro era se esses projetos,  
836 essas fossas seriam aprovadas e por quem e que o nosso técnico tinha informado é que é  
837 sobre responsabilidade técnica lá no (...) o quê que vai ser feito e como que vai ser feito,  
838 me acredito que vai a ver um monitoramento com relação ma qualidade desses efluentes  
839 não é, se eles estão ou não de acordo com a deliberação normativa referente a. Pergunto  
840 ao conselheiro se ele está satisfeito ou não?

841 **Eustáquio Moreira – Representante da APIS:** Sim, eu gostaria só mais de um  
842 questionamento. A respeito dessas fossas (...) isso teria um alto (...).



843 **Denis – Acessória Técnica:** Todo empreendimento licenciado (...) 180 dias nesse  
844 período de 180 dias haverá uma fiscalização pelo (...). (...).

845 **Doutor Ilmar:** Mais uma observação eu pediria para que, por favor, o senhor passasse o  
846 microfone.

847 **Conselheiro Marcelo Guimarães – Representante do IBAMA:** Nas condicionantes  
848 aqui não foi falado nada de preservação permanente, que lá na introdução ela é citada  
849 reserva legal e a área de preservação permanente e aqui nas condicionantes não foi dito  
850 nada agente gostaria que fosse incluindo alguma coisa aí como demarcação (...) até os  
851 projetos contemplando a (...) das faixas exigidas por lei dependendo da largura do curso  
852 d'água.

853 **Alex – Promotor de Justiça:** Abertura do conselheiro Marcelo é uma sugestão nós  
854 estamos vendo apontamento de várias medidas a serem adotadas no parecer que não são  
855 condicionantes e muitas vezes faltam conselhos, (...) se agente não colocar isso como  
856 condicionante não tem nenhum valor não exigir não traz nenhuma diferença então (...)   
857 Valmir conselheiro e depois (...), então faço esse pedido que coloque em condicionante  
858 aquilo lembra o parecer técnico, e no parecer técnico em questão a área de preservação  
859 permanente ela causou um pouco de estranheza foi dedicado à atenção a reserva legal  
860 (...) e nenhuma atenção (...) permanente (...) depois entra em discussão água menciona a  
861 desistência de um (...) e de usar um ribeirão (...) então o IEF tem que colocar está  
862 questão em condicionante e não seria necessário que um conselheiro viesse aqui e  
863 lembrasse (...) permanente (...) tem que está presente então a sugestão tem que tá (...)   
864 essa condicionante.

865 **Doutor Ilmar:** Conselheiro, por favor.

866 **Conselheiro (...) – Representante da (...):** (...) eu sugiro que cada vez mais as  
867 condicionantes sejam mais em nível de auditoria que seja clara e precisa e com links  
868 como sugeriu o conselheiro é pra ficar mais fácil à leitura e entendimento do conselho e  
869 para mudar uma imagem que agente estaria aprovando vamos dizer, no escuro como  
870 mancha no escuro então quanto mais essas condicionantes forem aplicas e precisas,  
871 tanto do lado do conselho e quanto dos empreendedores também.

872 **Doutor Ilmar:** Perfeito conselheiro o objetivo é quanto mais claro é melhor não é, fica  
873 melhor não só pra quem está julgando, mas pra quem vai receber a licença ou a  
874 condicionante acho que isso fica sem sombra de dúvida.

875 Eu queria perguntar se mais algum conselheiro queria se manifestar particularmente em  
876 relação a empreendimento ? Tem então por favor Apresente se .

877 **Denis – Acessória técnica:** (...) como vocês podem ver parecer da data de 2004 e agora  
878 nos tivemos outra (...) seria a nona condicionante interromper imediatamente o  
879 fornecimento e o (...) da criação dos suínos destinados a alimentação de unidades  
880 conforme a instrução normativa número 08 de 25 de março de 2004 do seu artigo 1 (...).  
881 E atendendo a solicitação do conselheiro capitão com relação às águas pluviais e  
882 também redigir uma condicionante seria: implantar um sistema de aproveitamento das  
883 águas pluviais a fim de evitar (...).É seria na décima condicionante , demarcar a área de  
884 APB (...).

885 **Doutor Ilmar:** Perfeito (...) nós vamos entrar na questão da sugestão de condicionante  
886 (...) até que isso possa ser discutido aqui também aprovado logicamente se for aprovado  
887 nós incluímos como condicionante está certo.Eu queria perguntar se ainda existe alguma  
888 manifestação (...) conselheiro Roberto Soares Nogueira.



889 **Conselheiro Roberto Soares Nogueira:** Eu gostaria de sugerir já que deixou em aberto  
890 que nós podemos fazer a proposta que o monitoramento (...) seja feito mês de julho e o  
891 do curso d'água em setembro.

892 **Doutor Ilmar:** Perfeito conselheiro, não tendo os senhores conselheiros mais  
893 manifestações, eu estou abrindo aqui a manifestação dos presentes existe aqui um  
894 registro Regina Greco.

895 **Regina Greco:** Eu fui conselheiro do Copam até 2 anos atrás, faz 20 anos de Copam eu  
896 gostaria de deixar um pouco da minha experiência, hoje do conselho nacional de (...)  
897 representando o (...) de Minas Gerais.

898 Eu gostaria (...) do Rio Pará e uma das atividades econômicas que mais influencia na  
899 qualidade da água do Rio Pará é a suinocultura , nós temos cerca de 5 mil suinocultores  
900 em toda área de 12 mil e 500 quilômetros quadrados , eu gostaria de que pudesse nessa  
901 licença como sugestão ao IEF em sugestão a essa câmara de (...) condicionantes por  
902 item já ficasse determinado o prazo (...) a licença foi dada pra 6 anos e a condicionante  
903 por 280 dias ou seja o automonitoramento vai acontecer só nos primeiros 6 meses . E o  
904 resto dos 6 anos ?

905 Então esse auto monitoramento aconteça de 6 em 6 meses , nós da bacia do Rio Pará  
906 temos todas as águas todos os cursos d'água desde 1998 castigado (...) então o que , na  
907 hora que vir a condicionante que ponha , o código tal , o ribeirão tal (...) o auto  
908 monitoramento em BH , DDO (...) o que tá na deliberação normativa (...) específica a  
909 suinocultura (...) controle de suinocultura e pela deliberação normativa (...).

910 Bom , nós também pensamos que se o vencimento é de 6 anos (...) 6 meses para o  
911 produtor rural e com as condições climáticas (...) isto dificulta , ele vai ter que contratar  
912 máquinas (...) estabelecido o mínimo para tudo quanto é tipo de atividade econômica  
913 que é 12 meses , se você (...) qualquer tipo de licenciamento (...) e também estabelecer  
914 esses 12 meses para suinocultura (...).

915 Bom se vai fazer um estudo ambiental ele vai apresentar em 12 meses (...) eu digo isso  
916 porque nós estamos com um projeto no município de Pará de Minas onde a suinocultura  
917 é um das principais atividades econômicas e tem muito produtor rural um item que seja  
918 específico para que ela quanto vai ser seu gasto inicial do monitoramento .

919 Bom , o segundo ele quis uma CONAMA , o que ele quer da CONAMA o quê que ele  
920 quer da outra , eu não paguei as duas !

921 O quê que ele quer dessas duas CONAMAS , lá dentro delas 283 tem uma proporção de  
922 itens , o quê que o técnico do IEF quê que produtor rural que é um cara que tem pouca  
923 informação técnica , e quê que esse item ele quer dizer com ele (...) quê que você quer ?

924 Quando fomos lá trabalhamos com as águas essas águas com suinoculturas poluíram o  
925 córrego e o mesmo córrego a COPASA vai lá e vai tratar para abastecer a cidade , nós  
926 queremos é melhorar a qualidade da água , então nosso objetivo nessa questão é que a  
927 coisa fique clara específica e quando chegamos lá (...) uma licença vaga sem muita  
928 informação dificulta a gente poder melhorar a condição ambiental , quanto mais  
929 complicado , mais dificultoso é quanto mais claro explicito mais fácil é o coitado do  
930 produtor rural (...), como muitos ligados a pena desses anos todos nós evoluímos . Eu  
931 lembro muito bem quando eu estava na torre industrial no começo companheiros de  
932 campo (...) a melhor evolução que nós tivemos porque nisso a pessoa passa a ter  
933 consciência , o que nós precisamos hoje e que o suinocultor tenha consciência que o (...)  
934 que ele está mandando para dentro córrego é o (...) que ele está mandando para a família  
935 dele que está bebendo na cidade lá em baixo essa consciência e essa mudança de



936 comportamento em relação a água , gostei muito da colocação das águas pluviais do  
937 Capitão Valmir isso , essa mudança é que vai transformar o que queremos se não nós  
938 vamos continuar tendo água de baixa qualidade e vamos ficas sem água . E outra coisa  
939 que deve entrar nessa condicionante e que é um absurdo hoje no conselho nacional que  
940 muito em breve vocês verão a legislação é o e a reutilização aproveitamento da água  
941 pluvial OK e ainda o uso eficiente da água (...)  
942 (...) do dia 6 ao dia 10 onde os comitês (...) vamos tentar melhorar essa relação (...) e  
943 precisamos engrenar esse sistema , esse sistema tem que engrenar inclusive com o  
944 Copam (...) e com os órgãos todos como vocês imporam ações que cada órgão tem que  
945 precisa vir e voltar , nós temos um banco de dados (...) o que os conselheiros precisar o  
946 comitê estará a disposição (...)  
947 **Doutor Ilmar:** Muito obrigado Regina Greco, eu queria interromper os senhores  
948 conselheiros fazer um comentário é sempre interessante ouvir a voz da experiência e eu  
949 queria inclusive isso é uma diretriz que nós temos nas demais de solicitar o pessoal do  
950 sistema IEF IAM e FEAM e mais (...) deve aproveitar essa experiência a exemplo  
951 desses pontos que a Dona (...) colocou aqui pra nós e deve absolve isso daí na medida  
952 que nós sabemos pra região a questão da suinocultura é o mínimo bastante forte no  
953 desenvolvimento regional aqui e que efetivamente também (...) item altamente  
954 impactante principalmente (...) aos recursos hídricos, então que nós pudéssemos  
955 aproveitar essas informações e disto nós pudéssemos filtrar a forma melhor de  
956 encaminhar no sentido de é, discuti não é, sugestões soluções com relação à  
957 suinocultura (...) aquilo que é mais fácil mais simples de maneira mais (...) para o  
958 agricultor (...) a idéia é que às vezes a gente fala (...) preço de cadeira (...), e agradecer aí  
959 a manifestação da Doutora Regina que ela continua no sistema na medida em que ela foi  
960 concedida no Copam há vários anos nossa companheira de campo mas hoje ela tá no  
961 comitê de (...) que como ela mesmo (...) hoje a parte integrante no nosso sistema de  
962 gestão de recursos hídricos (...) estadual de meio ambiente de forma que continua sendo  
963 nossa colega .  
964 Bom então nós temos sim uma manifestação do setor jurídico porque nós temos aqui  
965 algumas sugestões de inclusão de condicionante que eu queria discutir com os senhores  
966 conselheiros .  
967 (...) **Promotoria jurídica:** (...) manifestação da Doutora Regina (...).  
968 **Doutor Ilmar:** Só aproveitando a sua manifestação sei que vamos aproveitar a  
969 experiência eu acho que a regional que está aí (...).  
970 **Regina Greco:** eu posso notificar (...) que nós estamos projetos nós estamos fazendo  
971 projetos na praça então quando a gente tá lá a gente escuta (...) eu acho que isso  
972 facilitaria inclusive o término o técnico, estou vendo o técnico novinho, então é essa  
973 experiência vamos dizer esse crescer. quando eu fui nomeado a vice (...) do Copam era  
974 ainda comissão jurídica ambiental tá certo , e essa evolução nós participamos juntos e  
975 juntos agora nós temos que transferir para essa turma que está começando nova , dessa  
976 evolução do Copam Regional , para que a gente consiga melhorar o meio ambiente para  
977 ser uma coisa que esteja atrapalhando , mas sim melhorando a qualidade de vida a  
978 produtividade e a vida com o todo do homem com os animais e a terra é esse o nosso  
979 princípio principalmente hoje em função da água que é uma questão essencial da vida .  
980 **Doutor Ilmar:** Obrigado Regina, e eu queria sugerir que os pareceres que pudessem  
981 estar mais claros para que aja melhor entendimento com parte do produtor rural (...)



982 (...) até por que na época da agenda marrom nós lhe damos com técnicos da (...) que já  
983 entendem (...).

984 Bom, nós temos aqui primeiro eu gostaria de perguntar com relação da manifestação do  
985 conselheiro Alex que fez a sugestão que nos próximos pareceres aquilo que fosse  
986 discutido como que vai afetar e que vai deixar de afetar itens como, a reserva legal e etc,  
987 pudesse estar (...) condicionante.

988 Mas eu queria perguntar se esse projeto específico, porque uma coisa que eu quero  
989 esclarecer também dentro da nossa realidade, se caso o conselheiro ache que o processo  
990 não está devidamente esclarecido não está devidamente instruído ou ele queira mais  
991 informação e queira aprofundar mais o conselheiro pode (...) ao processo para que ele  
992 possa na próxima reunião trazer com relatório no seu ponto de vista o que ele verificou,  
993 claro que ele vai contar com todo apoio dos técnicos não só da área técnica, mas jurídica  
994 que trabalha no processo ele traz um relato, ele faz a explanação desse relato o que a  
995 norma indica é que quando nós (...) processo nós temos (...) o relato pranto em relação  
996 esse projeto.

997 Então a gente pergunta para o conselheiro Alex representante do Ministério Público é se  
998 esse projeto (...).

999 **Alex – Representante do Ministério público:** Sim, além de dar uma sugestão para os  
1000 próximos (...) para esses já estaria resolvido à questão, (...).

1001 **Doutor Iimar:** Perfeito o esclarecimento nesse ponto nós temos aqui sugestões inclusão  
1002 de condicionantes e eu não sei se foi feita uma proposta redação para cada uma delas ai  
1003 eu pedia o colega do IEF para se manifestar, mas só relembrando (...) a melhor  
1004 utilização da água do empreendimento que foi condicionante da água pluvial do nosso  
1005 conselheiro Capitão Valmir com uma outra condicionante para um prazo da coleta que  
1006 veio do nosso colega Roberto (...), e o próprio setor do IEF está incluindo uma  
1007 condicionante em função da legislação (...) de dejetos (...), e do nosso colega do  
1008 IBAMA com relação à discriminação (...). Então eu pediria nosso técnico para fazer (...) vamos  
1009 começar item por item e vamos analisar uma a uma tá OK , primeira por favor .

1010 **Denis - acessória técnica:** então começando pelo conselheiro do IBAMA seria, mais  
1011 uma condicionante preservar e demarcar a área de preservação permanente e recompor  
1012 se for necessário no prazo de 180 dias.

1013 **Doutor Iimar :** Então é essa proposta para a indução dessa condicionante que eu passo  
1014 a abreviação para os senhores conselheiros .

1015 **Alex: (...).**

1016 **Doutor Iimar:** Então eu passo a parte de julgamento da inclusão dessa condicionante  
1017 senhores conselheiros que concordarem com ela fiquem como estão e aqueles que  
1018 discordarem se manifestem.

1019 Então incluída essa na (...) essa condicionante com relação a (...) .

1020 Próxima condição de condicionante .

1021 **Denis - acessória técnica:** em relação aos outros lugares (...) implantar o sistema de  
1022 aproveitamento das águas pluviais a fim de evitar (...) no sistema de tratamento dos  
1023 suínos no prazo dos 180 dias.

1024 **Doutor Iimar:** Os senhores têm alguma dúvida com relação a essa sugestão de inclusão  
1025 de condicionante, algum esclarecimento, então passo a votação dessa condicionante  
1026 senhores que concordarem com a mesma fiquem como estão se discordarem se  
1027 manifestem .

1028 Aprovado por unanimidade ,próxima condicionante por favor .



- 1029 **Denis - acessória técnica:** Condicionante com relação à obra (...).
- 1030 Interromper imediatamente o fornecimento e (...) e a comercialização dos serviços da
- 1031 criação dos suínos destinados a (...) com forme instrução normativa número 8 de 25 de
- 1032 março de 2004 do seu artigo primeiro parágrafo único .
- 1033 **Doutor Ilmar:** alguma sugestão ou esclarecimento sobre essa condicionante, por favor,
- 1034 se manifeste.
- 1035 **Marcos Vilela:** Minha preocupação é com a (...) ele seria aplicado.
- 1036 **Denis – acessória técnica: (...).**
- 1037 **Doutor Ilmar:** Senhor conselheiro satisfeito com a informação, então eu pediria.
- 1038 Vamos então para a votação , senhores conselheiros que concordam fiquem como estão
- 1039 os que se discordarem se manifestem .
- 1040 Então aprovado com unanimidade a inclusão dessa condicionante .
- 1041 **Denis – Acessória técnica:** Implantação do sistema de monitoramento dos influentes da
- 1042 suinocultura coleta no mês de julho e curso d'água com a coleta no mês de setembro.
- 1043 **Doutor Ilmar:** Perfeito, então a proposta de (...) desse período de coleta do lençol
- 1044 quanto do curso d'água eu queria saber se os conselheiros queriam algum
- 1045 esclarecimento sobre isso, então vamos partir para a inclusão da condicionante os
- 1046 conselheiros que concordarem permaneçam como estão e os que discordarem se
- 1047 manifestem. Aprovado por unanimidade .
- 1048 Só chamo a atenção para a sugestão Doutor Alexandre Greco com relação aos prazos
- 1049 para que os proprietários possam executar os projetos e com relação a realidade do setor
- 1050 (...) um entrosamento maior com a regional aqui e a própria unidade regional (...) do
- 1051 Copam com relação aos processos (...) do que ela falou suinocultura .
- 1052 **Denis – Acessória técnica:** Só para terminar eu queria (...) com certeza serão levadas à
- 1053 acessória técnica e com certeza será levada a (...) obrigado.
- 1054 **Doutor Ilmar:** Muito obrigado ao IEF, com isso nós passamos para o próximo item e
- 1055 hoje nós tivemos a oportunidade de fazer análises de vários julgamentos de (...)
- 1056 processos de licença (...) e é interessante agente notar que vamos evoluindo quer dizer
- 1057 eu acredito, não estive aqui no primeiro, mas eu acredito que tenha tido dois processos
- 1058 apenas e agora essa coisa começa a dinamizar mais nós vamos (...) mais processos nós
- 1059 vamos começar incluir auto de infração e aos poucos os senhores conselheiros e aos
- 1060 poucos os senhores conselheiros vem perceber que nós já vamos estar com uma
- 1061 dinâmica com as Normas do Copam que nós temos lá em Belo Horizonte já nas nossas
- 1062 cedez elas (...) 40 50 processos sejam eles auto de infração e processo de licenciamento.
- 1063 Eu queria então fazer um esclarecimento em relação o próximo item quer é a
- 1064 apresentação da proposta de revisão da deliberação normativa Copam 090 que estava
- 1065 sendo programada para uma apresentação pelo José Cláudio Junqueira, esse processo de
- 1066 revisão (...) 090 é de extrema importância para o processo de licenciamento em Minas
- 1067 Gerais com consequência vai fazer que aja uma melhora da adaptação e evolução do
- 1068 tocante ao processo de licenciamento e o processo de gestão ambiental no Estado de
- 1069 Minas Gerais por isso tem sido tratado com bastante importância carinho por parte do
- 1070 nosso secretário e a frente desse processo está o secretário Doutor (...) Camilo e o
- 1071 Doutor José Cláudio Xavier. Infelizmente hoje , nenhum dos dois pode estar aqui
- 1072 presente por motivo de força maior ocasião então eu peço ao Doutor (...) que possa fazer
- 1073 alguns comentários para o melhor entendimento dos senhores conselheiros até porque
- 1074 existe um prazo e já foi definido pelo secretário para que o conselho Jurídico ambiental
- 1075 pudesse analisar a nova proposta com as sugestões que estão sendo discutidas com a



1076 sociedade para o refinamento e o aprimoramento dessa (...) 090 . Doutor Augusto (...),  
1077 por favor.  
1078 **Doutor Augusto:** Senhores conselheiros, (...) qual é a importância da deliberação  
1079 normativa para o nosso sistema?  
1080 É ela procura (...) critérios para a classificação do porte proprietário do (...) daí eu posso  
1081 dizer que a importância da deliberação normativa (...) por que ela que diz em primeiro  
1082 plano quais são as atividades que se sujeitam ao licenciamento ambiental do estado e a  
1083 partir de que (...) . Então é fundamental que se compreenda a importância da deliberação  
1084 normativa que ela de fato ela é uma forma estruturante de tudo que acontece na receita  
1085 estadual de meio ambiente pelo (...) nas análises que foram feitas pela equipe que  
1086 compõem (...) e concluiu que uma alteração na deliberação normativa e iria repercutir  
1087 efeitos em várias partes . Então além de determinar o quê que é licenciado o quê que  
1088 não é licenciado pelo sistema ambiental de Minas Gerais (...) por classificação dos  
1089 empreendimentos determina que tipo de estudos ambientais devem ser feitos para o  
1090 licenciamento de atividades se for uma clausula menor estudos menos complexos (...) ,  
1091 os prazos de validades das licenças especialmente da licença de operação (...) então  
1092 outro efeito que a norma tem no sistema , com relação a aplicação de penalidade que os  
1093 (...) dos empreendimentos influenciam no valor das multas a serem aplicadas . Então  
1094 isso é para mostrar a importância fundamental dessa norma mexendo (...) alterando (...)  
1095 nós estaremos aplicando o sistema.  
1096 As mudanças que estão sendo avaliadas pelo Copam estão nesse (...) que os senhores  
1097 acabaram de receber em negrito (...) , o que estiver em caractere normal é porque não  
1098 esta sofrendo alteração pelo menos é a proposta do sistema . E é preciso esclarecer a  
1099 proposta também ela partiu do estudo nosso foi levada na câmara do crime ambiental  
1100 do Copam e a partir da PPA todas as câmaras técnicas do Copam em Belo Horizonte se  
1101 manifestaram sugerindo alterações complementando as (...) que nós lançamos e assim  
1102 que as unidades Regionais colegiadas foram estruturadas pouco a pouco também foram  
1103 (...) exatamente como está sendo feito hoje aqui com o (...) .  
1104 Então em termo de observação mais importante eu destacaria inclusive o artigo  
1105 primeiro, estabelece que os empreendimentos das (...) marcadas 3 , 4 , 5 são sujeitos ao  
1106 licenciamento ambiental (...) então estão sujeito ao tradicional sistema (...)  
1107 licenciamento (...) todos os empreendimentos das classes 3 as classes 6 (...) alterações a  
1108 não ser com relação aos postes , aos postes e potenciais 1 e 2 que são dados nessa  
1109 listagem anexa que os senhores tem ai .Com relação as classes 1 e 2 a grande novidade  
1110 também dessa deliberação normativa ,nós estamos dispensando licenciamento ambiental  
1111 dessas atividades por considerar que esses empreendimentos das classes 1 e 2 eles não  
1112 tem (...) na parte ambiental ou impacto ambiental suficiente que cause amplitude para  
1113 movimentar (...) , foi criado um sistema de cadastramento (...) .  
1114 O que vai acontecer é que nós vamos estar desafogando sistemas na análise dessas  
1115 atividades o secretário (...) costuma dizer que mais de 60 % da nossa capacidade de  
1116 trabalho estará hoje aplicada nesse tipo de empreendimento ou seja conseguimos  
1117 controlar classes 1 e 2 enquanto classes 3 4 5 e 6 são classes mais completas sem  
1118 licenciamento (...) . Parece que o conselheiro quer fazer alguma pergunta .  
1119 **Conselheiro Marcos:** Em relação ao licenciamento 1 e 2 (...).  
1120 **Doutor Augusto:** Não isso deve ficar bem claro o Município tem autonomia  
1121 constitucional (...), ou seja, se ele decidir que (...) 1 e 2 o licenciamento ambiental  
1122 Municipal vai seguir normalmente, o que o estado diz é que ele não (...).



- 1123 **Conselheiro Marcos:** E qual seria a finalidade do Município (...) não acompanhar esse  
1124 licenciamento e fiscalizar as condicionantes (...).
- 1125 **Doutor Augusto:** Se eu entendi bem e se o Município quer licenciar, mas não cumpre o  
1126 seu papel de fiscalização.
- 1127 Em primeiro lugar que nós temos responsabilidade civilmente porque o poder público  
1128 (...), então aquele que por omissão causou algum dano ou defeito também pode ser  
1129 obrigado pela justiça recuperar o dano que causou (...) é a principal (...) que se pode  
1130 impor o município omissor (...) no ponto de vista político isso traz prejuízo grave para o  
1131 administrador público que não cumpriu com sua obrigação e inclusive o ministério  
1132 público tem (...) de que o administrador público o que é omissor também pode ser  
1133 considerado (...).
- 1134 Bom com relação o parágrafo primeiro diz que a licença prévia o pedimento de  
1135 instalação (...) nós estamos juntando licenças formando uma RPI, não.
- 1136 A uma licença prévia que é mais importante que o processo ambiental (...) nós não  
1137 estamos ultrapassando esse fase é conseguido uma licença prévia e em casos muitos  
1138 específicos (...) não existe nenhuma informação adicional, nenhuma produção de riscos  
1139 ambientais só desse casos poderão (...) licenças ser conseguidas com (...). Com relação  
1140 então as classes, os municípios podem exigir licenciamento isso fique muito claro, nós  
1141 até esperamos que o faça (...). O cadastro não exige a obrigação de requerer  
1142 autorização para exploração ambiental (...) cursos hídricos. O artigo terceiro esclarece  
1143 essas dúvidas dos conselheiros.
- 1144 Em seguida eu gostaria de destacar o artigo quatorze da deliberação normativa (...)  
1145 (...).
- 1146 **Doutor Ilmar:** Obrigado Doutor Augusto (...) eu queria só salientar dois pontos.  
1147 Um a importância da contribuição dos senhores conselheiros para esse processo, e para  
1148 isso nós temos inclusive um prazo que foi definido na última reunião, tem uma reunião  
1149 dia 18 na câmara mas eu (...) que vocês pudessem contribuir nesse processo, não tendo  
1150 essa revisão da 090 vai efetivamente melhorar o processo de licenciamento tornando  
1151 mais eficaz mais eficiente e menos burocrático, até porque com a oportunidade da  
1152 Doutor Augusto mencionar são pontos fundamentais que estão sendo melhorados  
1153 modernizados para que nós possamos ter um licenciamento mais rápido eficiente (...),  
1154 então isso vai ser um grande passo que o nosso secretário (...).
- 1155 (...): De acordo com o cronograma colocado pelo secretário às propostas deverão ser  
1156 levadas ao conselho pleno do Copam ainda no mês de julho, porque na seqüência o que  
1157 acontece é o seguinte, a penúltima reunião vai ser junta a comissão de política ambiental  
1158 essa tem um representante aqui, então esse representante vai estar no momento do fecho  
1159 que essas sugestões serão preparadas para levar ao plenário do Copam (...) OK.
- 1160 **Rogério (...) Política ambiental:** A previsão que inclusive estava no calendário da  
1161 Regina hoje ainda que a veria uma reunião marcada (...) para o dia 9 (...).(...) Então  
1162 ficou previsto provavelmente nos dias 23 e 24 (...) que são as quartas feiras penúltima e  
1163 última desse mês, serão feitas provavelmente duas reuniões para que fosse feita a  
1164 apreciação (...) ajustar todas as contribuições que foram feitas pelas câmaras e que esse  
1165 fato do dia 23 foi dado um prazo para que houvesse uma consolidação, o dia 18  
1166 praticamente um final de semana (...) que o relator definiu como (...) é importante que  
1167 chegue às mãos dele para ele consolidar (...) para apresentação à comissão (...) para que  
1168 a gente consiga encaminhar para os conselheiros esse modelo para que todos possam



1169 receber porque agora vocês já participam do conselho (...) como as outras 7 regionais já  
1170 participam de conselheiros (...).

1171 **Doutor Ilmar:** Obrigado Doutor Rogério (...) pelos esclarecimentos com relação a 090.  
1172 Eu passo agora para o último item antes do encerramento o item de assuntos gerais e me  
1173 permitiria que inicialmente transmiti aos senhores conselheiros já que nós estamos  
1174 adentrando (...) que esse ano (...) que irão efetivamente melhorar a gestão ambiental do  
1175 nosso estado incluindo o lançamento do sistema único de dados ambientais (...) e  
1176 particularmente o secretário (...) de convidar pessoalmente cada um dos conselheiros e  
1177 os respectivo suplentes para poder estar no dia 8 de junho as 14 : 00 Horas no Palácio da  
1178 Liberdade onde nós teremos a presença do governador Aécio Neves com a presença do  
1179 secretário (...) e da Ministra Marina Silva nós vamos ter o lançamento da semana  
1180 nacional de meio ambiente , a Ministra Marina Silva ouve por bem escolher Minas  
1181 Gerais escolher a semana do meio ambiente escolher Minas Gerais para o lançamento  
1182 da semana nacional do meio ambiente e esse privilégio nós gostaríamos de estar  
1183 compartilhando com cada um dos senhores conselheiros e por esse sentido o secretário  
1184 José Carlos fez essa recomendação para que pudesse fazer o convite pessoalmente para  
1185 que pudéssemos estar todos lá presente será no Palácio do Liberdade as 14:00 Horas no  
1186 dia 8 (...) de uma programação toda estabelecida na semana de meio ambiente que nós  
1187 teremos com certeza nosso ponto máximo nessa solenidade .  
1188 (...) e nesse sentido nós tivemos um processo onde nós tivemos apoio de várias  
1189 instituições (...) a COPASA e além disso incluímos algumas agencias financeiras como  
1190 a BDNG (...) que dispõem de recurso para financiamento dessas atividades para o  
1191 município porque a gente que as vezes as maiorias dos problemas de vários gestores  
1192 municipais reside na falta de recurso as vezes os municípios não tem dinheiro nem para  
1193 pagar a folha (...) eu acho que com essas ações requerem certos investimentos , então  
1194 nós integramos uma força (...) e temos discutidos nas regionais do Copam em Minas  
1195 Gerais e tem levado essa orientação aos secretários de meio ambiente , agentes que  
1196 tratam da questão do saneamento municipal , essa preocupação a orientação e a  
1197 necessidade muitas (...) solução financeira para poder resolver a questão política aí sim  
1198 após essa ação o órgão ambiental é que nós com certeza no final do prazo nós (...) do  
1199 município que cumpriu e o que não cumpriu (...) e pra nós é muito mais interessante (...)  
1200 nós estamos querendo resolver o problema do município (...) . Então eu gostaria apenas  
1201 de alertar aproveito essa oportunidade que nós temos aí em torno de 60 dias (...) os  
1202 senhores gestores municipais que possam efetivamente tomar conhecimento dessa  
1203 informação e colocar a FEAM a disposição para qualquer orientação do que se refere a  
1204 esse assunto nós temos nossos técnicos vocês podem se orientar dar informações  
1205 necessárias e cada município que for aberto a questão (...) e eu não tenho dúvida que no  
1206 final desse prazo (...) e isso para nós é um resultado positivo porque pra mim (...) isso é  
1207 a informação que eu queria passar aos senhores e agora abro para os conselheiros  
1208 possam dentro dos assuntos gerais fazer suas manifestações conforme o item aqui  
1209 menciona (...) e inclusive questionar aí ou esclarecer algumas coisas então eu abro para  
1210 os senhores conselheiros .

1211 **Marcos Vilela:** Gostaria de saber do representante da secretária (...) a modificação que  
1212 estaria sendo feita no lixão (...) e esse lixão tem mais de 20 anos, então ele está subi  
1213 saturado e pelo conhecimento que tenho aquela área se encontra totalmente  
1214 contaminadas tanto as águas superficiais tanto o lençol freático como seria feito esse



1215 aterro pelo o meu conhecimento esse aterro seria construído em cima do lixão, qual  
1216 seria a posição da FEAM em relação aprovar um projeto dessa natureza?  
1217 (...) **Secretário do meio ambiente:** Eu gostaria de esclarecer aos senhores é que o  
1218 licenciamento nós conseguimos a primeira licença foi dada em torno de 15 dias (...) nós  
1219 já estamos providenciamos a documentação da segunda etapa e, o aterro que vai ser  
1220 implantado em cima do lixão não, inclusive a condicionante é que aquela área vai ser  
1221 liberada, então a prefeitura está fazendo a parte dela.  
1222 **Doutor Ilmar:** (...) eu agradeço o senhor secretário e nosso colega conselheiro (...), mas  
1223 eu quero só reforçar que o processo de licenciamento que analisar tem que levar em  
1224 consideração todas essas questões a caso seja de interesse do conselheiro eu acho  
1225 impertinente, nós poderíamos indicar um breve relato dessa situação (...) de licença  
1226 como é que está sendo o trabalho da FEAM (...).  
1227 **Marcos Vilela:** Poderia ser encaminhada a nossa organização esse relato?  
1228 **Doutor Ilmar:** Perfeito mais algum comentário. Não tendo eu passo para o  
1229 encerramento dos nossos trabalhos .  
1230 Primeiramente eu gostaria de dizer que foi um prazer de ter estado aqui em substituição  
1231 do Doutor (...) Carneiro (...) eu estaria sempre que possível nas reuniões até pra ter o  
1232 acompanhamento (...) e vocês vão perceber como eu estou percebendo a cada nova  
1233 reunião nós vamos estar mais desenvolvendo cada vez mais nosso processo aqui na  
1234 região .  
1235 É dizer aos senhores em nome do secretário esse convite que está extensivo aos  
1236 senhores conselheiros pra participar conosco dessa (...) no dia 8 agradecer a presença  
1237 dos senhores conselheiros hoje , a maioria se deslocou de outros municípios de outras  
1238 regiões queria aproveitar também agradecer a presença e a cooperação dos nossos  
1239 colegas do Instituto estadual de (...) e em fim eu acho que os Copais regionais assim que  
1240 nós chamamos popularmente (...) e cada vez mais isso vai depender de cada um dos  
1241 senhores conselheiros das suas associações (...) cada vez mais a consolidação (...) .  
1242 Então eu queria agradecer e desejar a todos um excelente final de (...) fui informado  
1243 agora que está sendo servido um café então convidados para o nosso café aqui e eu  
1244 desejo uma boa semana do meio ambiente para todos nós muito obrigado ... ▼.  
1245  
1246  
1247

OBS: Onde encontramos os símbolos ... ▲ ... ▼ indica fim e início de fita

De acordo com o artigo 28, da Deliberação Normativa COPAM N° 30, de 29 de setembro de 1998.

Ilmar Bastos Santos \_\_\_\_\_

Alex Fernandes Santiago \_\_\_\_\_

Valmir José Fagundes \_\_\_\_\_

Gerson Luiz de Freitas \_\_\_\_\_

Marcelo Ferreira Guimarães \_\_\_\_\_

Adauto Pereira da Costa \_\_\_\_\_

Marcio Antonio de Oliveira \_\_\_\_\_

Juarez Eufrásio de Carvalho \_\_\_\_\_



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM**  
**Secretaria Executiva do COPAM**

---

Lucélio Nativo da Assunção \_\_\_\_\_

Átila Alves e Costa \_\_\_\_\_

Roberto Soares Nogueira \_\_\_\_\_

Vicente Paulo Gondim \_\_\_\_\_

Eustáquio Marcelino Valério Calderano \_\_\_\_\_

Marcos Antonio Vilela \_\_\_\_\_

Alex Moreira \_\_\_\_\_

Vergínia Margaret Martins \_\_\_\_\_